

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	118
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	120
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	123
--	-----

Motivos de Reapresentação	124
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.019
Preferenciais	0
Total	82.019
Em Tesouraria	
Ordinárias	233
Preferenciais	0
Total	233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	708.380	629.816
1.01	Ativo Circulante	9.442	86.400
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	319	12.331
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	319	12.331
1.01.02	Aplicações Financeiras	17	35.027
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17	35.027
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	9	16.979
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	8	18.048
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.049	2.751
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.057	36.291
1.01.08.03	Outros	7.057	36.291
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	969	62
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/ Terceiros	19	20
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	0	28.459
1.01.08.03.04	Outros	6.069	7.750
1.02	Ativo Não Circulante	698.938	543.416
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.664	4.896
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	1.398
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.664	345
1.02.01.09.03	Outros	1.988	0
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	676	345
1.02.02	Investimentos	689.610	530.423
1.02.02.01	Participações Societárias	689.610	530.423
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	689.610	530.423
1.02.03	Imobilizado	6.658	8.097
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.658	8.097
1.02.04	Intangível	6	0
1.02.04.01	Intangíveis	6	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	708.380	629.816
2.01	Passivo Circulante	7.012	23.499
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52	220
2.01.01.01	Obrigações Sociais	39	90
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13	130
2.01.02	Fornecedores	56	293
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56	214
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	56	214
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	79
2.01.03	Obrigações Fiscais	124	254
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43	224
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1	76
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	42	148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	81	30
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.148	1.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.148	1.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.148	1.089
2.01.05	Outras Obrigações	4.632	21.643
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.211	2.330
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4.211	2.330
2.01.05.02	Outros	421	19.313
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	19.157
2.01.05.02.04	Outros	421	156
2.02	Passivo Não Circulante	67.286	20.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	55.736	7.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.736	7.519
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	55.736	7.519
2.02.02	Outras Obrigações	11.550	12.900
2.02.02.02	Outros	11.550	12.900
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	11.550	12.900
2.03	Patrimônio Líquido	634.082	585.898
2.03.01	Capital Social Realizado	361.582	360.137
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	360.443
2.03.01.02	Gastos Emissão de Ações	-2.810	-306
2.03.02	Reservas de Capital	108.719	106.851
2.03.02.04	Opções Outorgadas	12.153	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.566	97.041
2.03.04	Reservas de Lucros	96.016	119.315
2.03.04.01	Reserva Legal	10.270	10.270
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.185	90.185
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.439	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	67.765	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-405

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	33.880	73.023	23.806	54.685
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	-228	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.957	-8.078	-1.912	-6.756
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	756	2.064	413	1.317
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.171	-2.181	0	0
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	-2.171	-2.181	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	38.252	81.218	25.533	60.124
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.880	73.023	23.806	54.685
3.06	Resultado Financeiro	-2.766	-5.258	1.381	4.060
3.06.01	Receitas Financeiras	220	1.554	1.477	4.227
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.986	-6.812	-96	-167
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.114	67.765	25.187	58.745
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	71	71
3.08.01	Corrente	0	0	71	71
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.114	67.765	25.258	58.816
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	31.114	67.765	25.258	58.816
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00038	0,00082	0,00032	0,00075
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00036	0,00079	0,00031	0,00072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	31.114	67.765	25.258	58.816
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-173	-209	-242
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	0	-173	-209	-242
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.114	67.592	25.049	58.574

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.060	24.160
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.253	-1.183
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Periodo	67.765	58.816
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.747	178
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	0	219
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	124	-815
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-81.218	-59.581
6.01.01.10	Jrs s/ Empréstimo e Financiamento	2.428	0
6.01.01.11	Rendimento sobre aplicações	-1.047	0
6.01.01.12	Apropriação de convênios	-1.350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.193	25.343
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Outros Ativos	1.683	-983
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-237	3.551
6.01.02.04	(Redução) em Obrig. Tributárias	-130	-1.277
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Salários e Encargos Sociais	-168	46
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	263	274
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	0	-1.350
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	-590	-1.071
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	0	25.983
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Contas a Pagar (P.R.)	0	170
6.01.02.13	Aumento em depósitos judiciais	-331	0
6.01.02.15	Aumento (Redução) em adiantamento a funcionários/ terceiros	1	0
6.01.02.16	Aumento (Redução) de despesas antecipadas	702	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.721	-819
6.02.01	Aplicações Financeiras	36.057	12.090
6.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	-14.585	85
6.02.03	Imobilizado	-308	-8.774
6.02.04	Intangível - Outros	-6	0
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	3.253	-3
6.02.07	Dividendos recebidos	28.459	28.000
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	-64.296	-32.217
6.02.09	Mútuo com controladas	705	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.769	-23.302
6.03.01	Aumento de Capital	3.949	2.777
6.03.02	Dividendos Distribuidos	-38.314	-30.533
6.03.03	Aumento em Empréstimos e Financiamentos	46.848	4.993
6.03.04	Ações em Tesouraria	-4.142	-297
6.03.05	Gastos emissão de ações	-2.503	0
6.03.07	Outros	-69	-242
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.012	39
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.331	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	319	389

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	2.343	-23.299	0	0	-19.511
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.343	0	0	0	2.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.142	0	0	-4.142
5.04.08	Dividendos Adicionais propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.765	405	68.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.765	0	67.765
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475
5.07	Saldos Finais	361.582	108.719	96.016	67.765	0	634.082

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.777	4.258	-297	0	0	6.738
5.04.01	Aumentos de Capital	2.777	0	0	0	0	2.777
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.258	0	0	0	4.258
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.816	-242	58.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.816	0	58.816
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-242	-242
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-242	-242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	85	0	0	0	85
5.06.01	Constituição de Reservas	0	85	0	0	0	85
5.07	Saldos Finais	298.014	104.741	57.812	58.816	-542	518.841

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.061	-3.376
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.789	-3.376
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10	0
7.02.04	Outros	738	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.061	-3.376
7.04	Retenções	-1.747	-178
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.747	-178
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.808	-3.554
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	84.836	65.668
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	81.218	60.124
7.06.02	Receitas Financeiras	1.554	4.227
7.06.03	Outros	2.064	1.317
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.028	62.114
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	78.028	62.114
7.08.01	Pessoal	2.516	2.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.512	2.580
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	935	551
7.08.02.01	Federais	820	551
7.08.02.03	Municipais	115	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.812	167
7.08.03.01	Juros	6.812	167
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.765	58.816
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.765	58.816

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	900.470	804.536
1.01	Ativo Circulante	355.178	390.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.679	44.727
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	53.679	44.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.668	120.687
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.668	120.687
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.402	58.503
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	4.266	62.184
1.01.03	Contas a Receber	292.831	225.014
1.01.03.01	Clientes	221.928	156.422
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.903	68.592
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	260	7.051
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	18.676	6.213
1.01.03.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	9.746	14.531
1.01.03.02.04	Despesas antecipadas	12.885	9.960
1.01.03.02.05	Outros	29.336	30.837
1.02	Ativo Não Circulante	545.292	414.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.875	58.737
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.878	15.337
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.878	15.337
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	640	2.166
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	640	2.166
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.357	38.081
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	56.087	38.081
1.02.01.09.04	Outros	2.270	0
1.02.02	Investimentos	228	7.728
1.02.02.01	Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	250.826	210.958
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	227.991	199.613
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	5.622	6.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.213	4.484
1.02.04	Intangível	221.363	136.685
1.02.04.01	Intangíveis	221.363	136.685
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	221.363	136.685

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	900.470	804.536
2.01	Passivo Circulante	142.983	139.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92.235	58.005
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.110	16.001
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	76.125	42.004
2.01.02	Fornecedores	17.609	17.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.609	17.714
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	17.609	17.714
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	132
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	0	132
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.503	19.157
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.369	15.506
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.974	14.634
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.221	701
2.01.03.01.03	Parcelamento de Pis e Cofins	40	20
2.01.03.01.04	Parcelamento de INSS	134	151
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.134	3.651
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	6.993	3.538
2.01.03.03.02	Parcelamento de IPTU	59	65
2.01.03.03.03	Parcelamento de ISS	82	48
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.181	1.760
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.181	1.760
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.181	1.760
2.01.05	Outras Obrigações	17.455	42.730
2.01.05.02	Outros	17.455	42.730
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	19.157
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	6.307	18.891
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	7.273	1.500
2.01.05.02.06	Outros	3.875	3.182
2.02	Passivo Não Circulante	123.405	79.140
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	55.736	7.762
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.736	7.762
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	55.736	7.762
2.02.02	Outras Obrigações	23.246	22.200
2.02.02.02	Outros	23.246	22.200
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	4.724	1.513
2.02.02.02.04	Adiantamento de Convênio	18.522	20.687
2.02.04	Provisões	44.423	49.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.866	36.444
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	30.866	36.444
2.02.04.02	Outras Provisões	13.557	12.734
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	13.557	12.734
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	634.082	585.898
2.03.01	Capital Social Realizado	361.582	360.137
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	360.443
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-2.810	-306

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	108.719	106.851
2.03.02.04	Opções Outorgadas	12.153	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.566	97.041
2.03.04	Reservas de Lucros	96.016	119.315
2.03.04.01	Reserva Legal	10.270	10.270
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.185	90.185
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.439	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	67.765	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	-405

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	288.296	854.005	249.499	763.694
3.01.01	Receita de Mesalidades	407.717	1.201.705	357.800	1.084.583
3.01.02	Outras	7.350	19.387	5.612	13.454
3.01.03	Gratuidades - Bolsas de Estudos	-107.322	-314.241	-98.676	-289.406
3.01.04	Devoluções de Mensalidades e Taxas	-2.229	-7.182	-2.041	-3.437
3.01.05	Descontos Concedidos	-4.451	-8.826	-2.654	-9.333
3.01.06	Impostos	-12.769	-36.838	-10.542	-32.167
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-187.906	-571.264	-164.771	-519.268
3.03	Resultado Bruto	100.390	282.741	84.728	244.426
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.516	-211.881	-62.684	-194.043
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.986	-82.753	-19.135	-69.237
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.672	-134.290	-46.581	-132.892
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.348	7.403	3.037	8.086
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.206	-2.241	-5	0
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	-2.206	-2.241	-5	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.874	70.860	22.044	50.383
3.06	Resultado Financeiro	-2.306	-2.753	3.839	10.740
3.06.01	Receitas Financeiras	5.592	18.222	8.389	23.344
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.898	-20.975	-4.550	-12.604
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.568	68.107	25.883	61.123
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.546	-342	-625	-1.235
3.08.01	Corrente	-1.245	1.116	-614	-866
3.08.02	Diferido	4.791	-1.458	-11	-369
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.114	67.765	25.258	59.888
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	0	-1.072
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	31.114	67.765	25.258	58.816
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.114	67.765	25.258	58.816
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00038	0,00082	0,00032	0,00075
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00036	0,00079	0,00031	0,00072

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	31.114	67.765	25.258	58.816
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-173	-209	-242
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	0	-173	-209	-242
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	31.114	67.592	25.049	58.574
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.114	67.592	25.049	58.574

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.911	44.089
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	130.142	116.812
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Periodo	67.765	58.816
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	29.653	23.129
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	183	1.364
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	30.926	26.392
6.01.01.06	Opções Outorgadas	2.341	4.258
6.01.01.07	Provisao Para Contigências	1.165	2.892
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-147	-369
6.01.01.09	Jrs s/ Empréstimos e Financiamentos	2.428	0
6.01.01.10	Atualização da provisão para desmobilização	823	330
6.01.01.11	Rendimento sobre aplicações	-6.128	0
6.01.01.12	Apropriação de convênios	-2.165	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.231	-72.723
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-87.411	-51.628
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	7.572	-10.017
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-8.147	396
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-11.263	-2.751
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	30.451	30.563
6.01.02.06	Aumento Mensalidades Rec Antecipadamente	-17.235	-20.925
6.01.02.07	Aumento (Redução) Prov. para Contigência	-6.915	-13.228
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-111	360
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	0	-2.165
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	-565	-3.300
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	0	-28
6.01.02.12	(Aumento) Redução em Adiantamentos a funcionários / terceiros	-12.463	0
6.01.02.13	(Aumento) Redução de Despesas antecipadas	-2.925	0
6.01.02.14	(Aumento) Redução de Impostos e contribuições	99	0
6.01.02.15	Aumento em Parcelamento de tributos	-348	0
6.01.02.16	Aumento em Depósitos judiciais	-17.970	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.072	-29.186
6.02.01	Aplicações Financeiras	118.147	5.854
6.02.02	Aquisição controladas	-40.700	85
6.02.03	Imobilizado	-53.230	-26.498
6.02.04	Intangível - Outros	-29.438	-8.297
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	7.500	0
6.02.07	Custo com Desmobilização	0	-330
6.02.08	Mutuo com controladas	6.793	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.031	-26.367
6.03.01	Aumento de Capital	3.949	2.777
6.03.02	Dividendos Distribuidos	-38.314	-30.533
6.03.03	Aumento em Empréstimos e Financiamentos	38.048	1.948
6.03.04	Ações em Tesouraria	-4.142	-297

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.05	Gastos Emissão de Ações	-2.503	0
6.03.07	Outros	-69	-262
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.952	-11.464
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.727	51.303
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.679	39.839

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	2.343	-23.299	0	0	-19.511	0	-19.511
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.343	0	0	0	2.343	0	2.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.142	0	0	-4.142	0	-4.142
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.765	405	68.170	0	68.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.765	0	67.765	0	67.765
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405	0	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405	0	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.07	Saldos Finais	361.582	108.719	96.016	67.765	0	634.082	0	634.082

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.777	4.258	-297	0	0	6.738	0	6.738
5.04.01	Aumentos de Capital	2.777	0	0	0	0	2.777	0	2.777
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.258	0	0	0	4.258	0	4.258
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297	0	-297
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.816	-242	58.574	0	58.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.816	0	58.816	0	58.816
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-242	-242	0	-242
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-242	-242	0	-242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	85	0	0	0	85	0	85
5.06.01	Constituição de Reservas	0	85	0	0	0	85	0	85
5.07	Saldos Finais	298.014	104.741	57.812	58.816	-542	518.841	0	518.841

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	859.916	769.458
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	882.984	788.037
7.01.02	Outras Receitas	7.858	7.820
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-30.926	-26.399
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-172.267	-149.953
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-168.859	-145.989
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	58	-987
7.02.04	Outros	-3.466	-2.977
7.03	Valor Adicionado Bruto	687.649	619.505
7.04	Retenções	-29.653	-23.126
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.653	-23.126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	657.996	596.379
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.625	31.430
7.06.02	Receitas Financeiras	18.222	23.344
7.06.03	Outros	7.403	8.086
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	683.621	627.809
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	683.621	627.809
7.08.01	Pessoal	392.473	368.734
7.08.01.01	Remuneração Direta	355.550	336.421
7.08.01.02	Benefícios	10.718	7.251
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.205	25.062
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	123.267	110.270
7.08.02.01	Federais	82.123	74.370
7.08.02.02	Estaduais	1	5
7.08.02.03	Municipais	41.143	35.895
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.116	89.989
7.08.03.01	Juros	20.972	12.604
7.08.03.02	Aluguéis	79.144	77.385
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.765	58.816
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.765	58.816



RESULTADOS DO 3T11

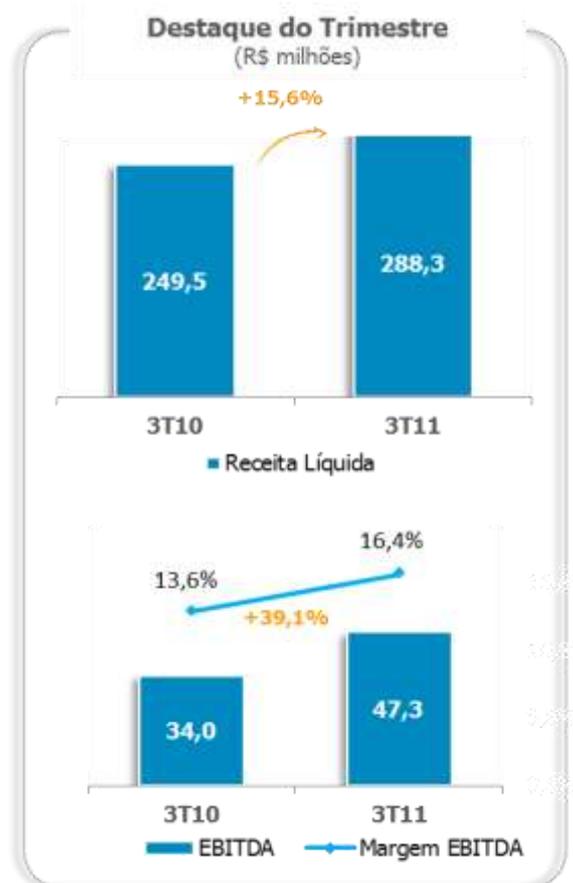
**Mais alunos, mais EBITDA, mais margem, mais lucro...
...sem não recorrentes**

Captação recorde de 61,5 mil alunos, EBITDA de R\$47,3 milhões, Margem EBITDA de 16,4% (+2,8 p.p.) e Lucro Líquido 22,9% acima do 3T10

Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 2011 – A **Estácio Participações S.A.** – “Estácio” ou “Companhia” (BM&FBovespa: ESTC3; Bloomberg: ESTC3.BZ; Reuters: ESTC3.SA) – comunica seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) em comparação ao mesmo período do ano anterior (3T10). As seguintes informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas seguindo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) em bases consolidadas.

Destaques do Resultado

- ◆ Terceiro ciclo de **captação recorde** consecutivo (+26,2% em relação ao 3T10), com 61,5 mil novos alunos de graduação presencial e a distância matriculando-se na Estácio no 3T11. Base total de 247,8 mil alunos ao final do 3T11 (14,6% acima 3T10).
- ◆ A **receita operacional líquida** totalizou R\$288,3 milhões no 3T11, um aumento de 15,6% em relação ao ano anterior, resultado principalmente do aumento na base total de alunos e do reajuste de mensalidades.
- ◆ A partir desse trimestre deixamos de basear as nossas análises no **EBITDA recorrente**, e passamos a considerar apenas o **EBITDA** ajustado pelo resultado financeiro operacional, aumentando a transparência dos nossos demonstrativos.
- ◆ O **EBITDA** consolidado atingiu R\$47,3 milhões, crescimento de 39,1% e um ganho de 2,8 pontos percentuais de margem em relação ao 3T10.
- ◆ O **lucro líquido** somou R\$31,1 milhões no 3T11, um aumento de 22,9% em relação ao mesmo período de 2010.
- ◆ Ao final do 3T11, a Estácio contava com uma posição de **caixa e disponibilidades** de R\$62,3 milhões.



ESTC3

(Em 09/11/2011)

Cotação: R\$18,55 ação

Quantidade de Ações: 82.251.937

Valor de Mercado: R\$1,5 bilhão

Free Float: 76%

Contatos de RI:

Rogério Melzi

Flávia de Oliveira

+55 (21) 3311-9789

ri@estacioparticipacoes.com

CFO

Gerente de RI



**ESTC3
NOVO
MERCADO**
BM&FBovespa



Divulgação de Resultados 3T11

Principais Indicadores do Trimestre

Indicadores Financeiros	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	3T10	3T11	Variação	3T10	3T11	Variação
Receita Líquida (R\$ milhões)	249,5	288,3	15,6%	249,5	274,1	9,9%
Lucro Bruto (R\$ milhões)	84,7	100,4	18,5%	84,7	94,8	11,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>33,9%</i>	<i>34,8%</i>	<i>0,9 p.p.</i>	<i>33,9%</i>	<i>34,6%</i>	<i>0,7 p.p.</i>
EBIT (R\$ milhões)	22,0	32,1	45,9%	22,0	28,6	30,0%
<i>Margem EBIT</i>	<i>8,8%</i>	<i>11,1%</i>	<i>2,3 p.p.</i>	<i>8,8%</i>	<i>10,4%</i>	<i>1,6 p.p.</i>
EBITDA (R\$ milhões)	34,0	47,3	39,1%	34,0	43,6	28,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>13,6%</i>	<i>16,4%</i>	<i>2,8 p.p.</i>	<i>13,6%</i>	<i>15,9%</i>	<i>2,3 p.p.</i>
Lucro Líquido (R\$ milhões)	25,3	31,1	22,9%	25,3	28,3	12,1%
<i>Margem Líquida</i>	<i>10,1%</i>	<i>10,8%</i>	<i>0,7 p.p.</i>	<i>10,1%</i>	<i>10,3%</i>	<i>0,2 p.p.</i>

Obs.: EBITDA ajustado com a adição do Resultado Financeiro Operacional (Receita de Multa e Juros sobre Mensalidades).

Mensagem da Administração

Ao fecharmos o 3T11, mais uma vez damos firmes indicações de crescimento com sustentabilidade e geração de valor para os nossos acionistas. Crescemos embasados numa forte cultura organizacional, orientada para a qualidade e resultados, aliada ao trabalho em equipe coordenado na busca permanente de níveis crescentes de satisfação dos nossos alunos. Crescem os alunos, crescem os colaboradores Estácio, cresce a Estácio.

Fruto de um modelo de ensino cada vez mais enraizado e conhecido pelos nossos corpos docente e discente, de uma força comercial cada vez mais capacitada e disciplinada, de uma gestão baseada em melhoria contínua e maior conhecimento dos *drivers* de valor, de uma constante melhoria no nível de serviços e na percepção do público com relação à instituição, e de decisões e esforços de marketing muito bem sucedidos, a Estácio, pela terceira vez consecutiva, apresentou uma captação recorde. Desta vez, mais de 61,5 mil novos alunos matricularam-se em nossos cursos de graduação presenciais e a distância, sem contar as captações das Unidades adquiridas desde o início do ano. Nos cursos presenciais alcançamos 45,5 mil novos alunos, um crescimento de 18,1% sobre o ano anterior. Tivemos também 16,0 mil novos alunos no EAD, 56,8% a mais do que o mesmo período em 2010.

Mantendo as taxas de renovação em linha com nosso histórico e somando os 10 mil alunos das empresas adquiridas ao longo do ano, atingimos a marca de 247,8 mil em nossa base total ao final do período, o que representa um crescimento de 14,6% sobre o 3T10, nossa receita operacional líquida aumentou 15,6%.

O 3T11 também marca mais uma decisão importante da Estácio com relação à publicação dos seus resultados. A partir desse trimestre, sempre alinhando nossas políticas aos mais altos níveis de transparência, deixaremos de basear as nossas análises no "EBITDA Recorrente". Em outras palavras, não vamos mais utilizar o conceito de "despesas não recorrentes" para cálculo do EBITDA, que desse modo se tornará apenas o EBITDA, ajustado pelo resultado financeiro operacional. Nesse contexto, no 3T11 entregamos R\$47,3 milhões de EBITDA (+39,1% em relação ao 3T10) e uma margem de 16,4% (+2,8 p.p. com relação a 2010).

Nossa expansão de margem mais uma vez se deve ao sucesso do nosso modelo de gestão, que é baseado na centralização e escalabilidade de nosso modelo de negócio, na implantação do nosso modelo de ensino, e em medidas constantes para a otimização de nossas operações. Como dissemos anteriormente, aqui na Estácio aumento de receita líquida gera ganho de margem, e no 3T11 não foi diferente. Apresentamos ganhos nos custos de pessoal e nas despesas gerais e administrativas, que compensaram perdas na nossa PDD. Em paralelo a isso, as empresas adquiridas ao longo do ano começam a contribuir para a expansão da nossa margem; nesse trimestre destaque para a Estácio-Atual (Roraima) e a Estácio-Fatern (Natal), ambas operando acima de 30% de margem EBITDA. Vale lembrar que nesse trimestre concluímos o desinvestimento da nossa Unidade no Paraguai, em linha com nosso foco e priorização das oportunidades de crescimento com rentabilidade no mercado brasileiro.



Divulgação de Resultados 3T11

Nossos recebíveis permaneceram na casa dos 60 dias, e graças à disciplina na manutenção das nossas políticas de crédito, nosso nível de acordos de refinanciamento de mensalidades não subiu em comparação com o trimestre anterior, representando 16% do total do nosso contas a receber. Continuamos provisionando todos os débitos vencidos há mais de 180 dias, e temos verificado um aumento na quantidade nos contratos de FIES (ao final de setembro de 2011, tínhamos cerca de 13 mil alunos no programa) e uma maior utilização de cartões de crédito pelos alunos, o que ajuda a reduzir os riscos de inadimplência. Ao longo do trimestre lançamos uma campanha interna muito forte com a finalidade de mobilizar toda a nossa empresa em torno do tema inadimplência. Estamos adotando práticas de gestão, desenvolvendo sistemas para ampliar a visibilidade dos drivers da inadimplência, adotando melhores práticas verificadas nas Unidades que têm melhor desempenho no item, e lançando uma campanha com apelo educacional chamada "Universitário Responsável", com o envolvimento de coordenadores e professores na discussão das responsabilidades dos nossos alunos.

Ao final do trimestre tínhamos R\$62,3 milhões em caixa, nos mesmos níveis do trimestre anterior. Considerando que, ao longo do 3T11, incorremos no pagamento de férias coletivas, na aquisição dos primeiros 6 mil *tablets*, e no programa de recompra de ações, ficamos satisfeitos com a performance de geração de caixa. Com as condições de crescimento da base e ganhos de rentabilidade dominadas e bem equacionadas, a principal bandeira da nossa gestão passa a ser a geração de caixa saudável e sustentável de nossa operação. Estamos convictos que alcançaremos resultados satisfatórios nos próximos períodos também nessa métrica. Alinhado a esse objetivo, é importante lembrar que continuamos o projeto para nos levar à futura adoção do EVA (*Economic Value Added*) como métrica de desempenho da Estácio e vetor de avaliação e remuneração variável de nossos executivos, assim como demos início a um projeto de Gestão de Riscos em parceria com a *PricewaterhouseCoopers* (PwC).

Nosso lucro líquido também apresentou boa performance, crescendo para R\$31,1 milhões no período, o que representa um aumento de 22,9% sobre o ano anterior. O lucro líquido foi resultado do excelente desempenho do EBITDA, mas foi impactado negativamente pelo resultado financeiro devido à redução dos montantes disponíveis para aplicação, bem como pelas despesas financeiras com o início do serviço da dívida do IFC e do BNDES, além do prejuízo registrado com a venda do Paraguai. Por outro lado, nesse trimestre o efeito do cálculo do imposto de renda e contribuição social foi positivo por conta do cálculo dos efeitos diferidos.

Nosso entusiasmo continua muito forte; temos níveis crescentes de controle e previsibilidade do desempenho da empresa, sentimos que o clima geral é de confiança e satisfação com o atingimento dos objetivos; percebemos cada vez mais um equilíbrio produtivo entre a busca pela qualidade acadêmica e pelos resultados sustentáveis no curto e no longo prazo. Nitidamente notamos um clima e uma energia de crescimento no ar e percebemos toda a equipe Estácio pronta para novos desafios e empreitadas. Nesse trimestre participamos ativamente do Rock in Rio e realizamos nosso III Fórum Anual Docente (vide seção "Principais Fatos Marcantes"), e lançamos também nossa campanha para a captação 2012 destacando a expansão do projeto *tablet* para os cursos de Engenharia e Direito no Brasil todo.

É a Estácio como uma proposição de valor cada vez melhor para nossos diversos públicos. Avante Estácio!

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 3T11 com uma **base de alunos** de 247,8 mil (14,6% maior que no 3T10), dos quais 207,2 mil matriculados nos cursos presenciais e 40,6 mil nos cursos de ensino a distância, incluindo as aquisições da Atual, FAL e FATERN. Sem as aquisições, a base de alunos no conceito *same shops*, do 3T11 atingiu 237,8 mil alunos, 10,0% maior do que no 3T10.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 1 – Base de Alunos Total

Em mil	3T10	3T11	Var.
Presencial	191,5	197,2	3,0%
Graduação	180,7	186,9	3,4%
Pós-graduação	10,8	10,3	-4,6%
EAD	24,7	40,6	64,4%
Graduação	22,3	37,4	67,7%
Pós-graduação	2,4	3,2	33,3%
Base de Alunos Ex-Aquisições	216,2	237,8	10,0%
Aquisições em 2011	-	10,0	N.A.
Base de Alunos Total - Final	216,2	247,8	14,6%

Obs.: A linha Aquisições refere-se à base total de alunos de graduação presencial das empresas adquiridas em 2011 (Atual, FAL e FATERN).

Ao final do 3T11, a base de alunos de graduação presencial da Estácio totalizava 196,9 mil alunos, 9,0% a mais do que o mesmo período do ano anterior. Descontando os alunos das adquiridas neste ano, a base de alunos de graduação é de 186,9 mil alunos, 3,5% acima do 3T10, evidenciando a retomada do crescimento orgânico da base após três recordes seguidos de captação. É importante frisar que o número da base do 3T10 conta com cerca de 3 mil alunos de nossa Unidade no Paraguai, que já não estão na base do 3T11, uma vez que vendemos esta operação no 2T11. Em termos comparáveis, sem Paraguai, o crescimento foi de 5,1%.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)

Em mil	3T10	3T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	182,8	181,6	-0,7%
(-) Formandos	(17,3)	(17,0)	-1,8%
Base Renovável	165,5	164,6	-0,6%
(+) Captação	38,6	45,5	18,1%
(-) Não renovados/evasão	(23,4)	(21,1)	-9,6%
(-) Alunos não enturmados	-	(2,1)	N.A.
Base de Alunos Ex-Aquisições	180,6	186,9	3,5%
(+) Aquisições	-	10,0	N.A.
Saldo Final de Alunos	180,6	196,9	9,0%

Obs.: A linha Aquisições refere-se à base total de alunos de graduação presencial das empresas adquiridas em 2011 (Atual, FAL e FATERN).

Mais uma vez a forte captação no trimestre permitiu a aplicação de regras mais restritivas na abertura de turmas para o semestre, a fim de elevar o número médio de alunos por turma, o que gerou uma redução de aproximadamente 2,1 mil alunos em nossa base. Embora isso possa representar uma perda de receita no curto prazo, a formação de turmas maiores proporciona uma maior eficiência no custo docente nos exercícios futuros, sem perder qualidade no ensino.

Já o aumento da evasão por motivo de abandono ou trancamento é um reflexo direto da maior captação nos dois últimos ciclos. Como a taxa de abandono é maior entre os alunos dos dois primeiros semestres, é natural que, com o aumento do mix de alunos em períodos iniciais depois de duas fortes captações, nossa taxa suba na margem. No 3T10, 33,7% da base de alunos estudavam em 1º e 2º semestres; no 3T11, esse número subiu para 41,2%.

Já no EAD, nossa base de alunos de graduação cresceu 67,7% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 37,4 mil alunos, refletindo uma série de captações bem sucedidas e o lançamento de novos cursos. A taxa de renovação do EAD no 3T11 atingiu 68,2% e aumentou 5,2 p.p. em relação ao 3T10.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)

Em mil	3T10	3T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	19,2	31,4	63,5%
(+) Captação	10,2	16,0	56,9%
(-) Não Renovados	(7,1)	(10,0)	40,8%
Saldo Final de Alunos	22,3	37,4	67,7%

Receita Operacional

No 3T11 a **receita operacional líquida** totalizou R\$288,3 milhões, um aumento de 15,6%, em função do crescimento de 14,6% na base de alunos. Desconsiderando as aquisições, a receita operacional líquida somou R\$274,1 milhões, um aumento de 9,9% frente ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Receita Operacional Bruta	363,4	415,1	14,2%	1.098,0	1.221,1	11,2%
Mensalidades	357,8	407,7	13,9%	1.084,6	1.201,7	10,8%
Outras	5,6	7,4	32,1%	13,5	19,4	43,7%
Deduções da Receita Bruta	(113,9)	(126,8)	11,3%	(334,3)	(367,1)	9,8%
Descontos e Bolsas	(103,4)	(114,0)	10,3%	(302,1)	(330,2)	9,3%
Impostos	(10,5)	(12,8)	21,9%	(32,2)	(36,8)	14,3%
% Deduções / Receita Operacional Bruta	31,3%	30,5%	-0,8 p.p.	30,4%	30,1%	-0,3 p.p.
Receita Operacional Líquida	249,5	288,3	15,6%	763,7	854,0	11,8%

O **ticket médio presencial** do 3T11 somou R\$430,5, um crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo as aquisições realizadas no semestre, o ticket médio teve um aumento de 3,7%, refletindo nossa determinação e sucesso em repassar o ajuste inflacionário aos nossos preços.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em R\$ milhões*	3T10	3T11	Var.	3T11 ex-aquisições	Var.
Receita Bruta Presencial	344,8	383,1	11,1%	364,8	5,8%
Deduções Presencial	(107,7)	(115,6)	7,3%	(111,5)	3,5%
Receita Líquida Presencial	237,1	267,5	12,8%	253,3	6,8%
Base de Alunos Presencial (Final) (mil)	191,5	207,2	8,2%	197,2	3,0%
Ticket Médio Presencial (R\$)	412,8	430,4	4,3%	428,3	3,7%

* A não ser quando especificado de forma diferente.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

	3T10	3T11	Var.
Receita Bruta EAD	18,6	31,9	71,5%
Deduções EAD	(6,2)	(11,2)	80,6%
Receita Líquida EAD	12,4	20,7	66,9%
Base de Alunos EAD (Final) (mil)	24,7	40,6	64,4%
Ticket Médio EAD (R\$)	167,3	170,1	1,6%

* A não ser quando especificado de forma diferente.



Divulgação de Resultados 3T11

Custos dos Serviços Prestados

No 3T11, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou um ganho de eficiência de 2,4 p.p., em função principalmente da redução nos custos de pessoal (ganho de 2,8 p.p.), alugueis, condomínios e IPTU (ganho de 0,4 p.p.) e serviços de terceiros (ganho de 0,3 p.p.), que mais do que compensaram o incremento do custo do material didático e do INSS.

Os **custos com pessoal** apresentaram ganhos relevantes com relação ao ano anterior graças à contínua evolução do modelo de ensino e também a um planejamento acadêmico (formação de turmas) cada vez mais eficiente. Por fim, os custos de pessoal no 3T11 referentes a rescisões contratuais (R\$4,3 milhões) não foram tão significativos quanto no 3T10 (R\$7,6 milhões).

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(162,0)	(180,4)	11,4%	(505,2)	(552,4)	9,3%
Pessoal	(122,6)	(135,6)	10,6%	(385,3)	(419,8)	9,0%
Pessoal e encargos	(103,3)	(111,3)	7,7%	(322,6)	(344,0)	6,6%
INSS	(19,3)	(24,4)	26,4%	(62,7)	(75,8)	20,9%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(24,2)	(26,7)	10,3%	(72,0)	(77,7)	7,9%
Material didático	(3,2)	(5,0)	56,3%	(9,7)	(17,7)	82,5%
Serviços de terceiros e outros	(12,0)	(13,1)	9,2%	(38,2)	(37,2)	-2,6%

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	-64,9%	-62,5%	2,4 p.p.	-66,2%	-64,7%	1,5 p.p.
Pessoal	-49,1%	-47,0%	2,1 p.p.	-50,5%	-49,1%	1,4 p.p.
Pessoal e encargos	-41,4%	-38,6%	2,8 p.p.	-42,2%	-40,2%	2,0 p.p.
INSS	-7,7%	-8,4%	-0,7 p.p.	-8,2%	-8,9%	-0,7 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,7%	-9,3%	0,4 p.p.	-9,4%	-9,1%	0,3 p.p.
Material didático	-1,3%	-1,7%	-0,4 p.p.	-1,3%	-2,1%	-0,8 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-4,8%	-4,5%	0,3 p.p.	-5,0%	-4,4%	0,6 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	(162,0)	(180,4)	11,4%	(505,2)	(552,4)	9,3%
(+) Depreciação	(2,8)	(7,5)	167,9%	(14,0)	(18,8)	34,3%
Custos dos Serviços Prestados	(164,8)	(187,9)	14,0%	(519,2)	(571,2)	10,0%

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Receita operacional líquida	249,5	288,3	15,6%	763,7	854,0	11,8%
Custos dos serviços prestados	(164,8)	(187,9)	14,0%	(519,3)	(571,3)	10,0%
Lucro Bruto	84,7	100,4	18,5%	244,4	282,7	15,7%
(-) Depreciação	2,8	7,5	167,9%	14,0	18,8	34,3%
Lucro Bruto Caixa	87,5	107,9	23,3%	258,4	301,5	16,7%
<i>Margem Bruta Caixa</i>	<i>35,1%</i>	<i>37,4%</i>	<i>2,3 p.p.</i>	<i>33,8%</i>	<i>35,3%</i>	<i>1,5 p.p.</i>



Divulgação de Resultados 3T11

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As **despesas comerciais** representaram 7,6% da receita líquida no 3T11, sem variação em relação ao 3T10, em função de um leve aumento na relação da PDD com a receita líquida (0,3 p.p.), compensada por uma redução nos mesmos patamares das despesas com publicidade e marketing.

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram um ganho de eficiência de 0,6 p.p. em relação ao 3T10, devido principalmente ao ganho de 1,3 p.p. na linha de pessoal e de 0,7 p.p. em serviços de terceiros, que compensaram o aumento de 1,1 p.p. nas provisões para contingências e 0,3 p.p. em outras.

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(57,4)	(64,7)	12,7%	(184,9)	(198,9)	7,6%
Despesas Comerciais	(19,1)	(22,0)	15,2%	(69,2)	(82,8)	19,7%
PDD	(6,3)	(8,2)	30,2%	(26,4)	(30,9)	17,0%
Publicidade	(12,8)	(13,8)	7,8%	(42,8)	(51,8)	21,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(38,3)	(42,7)	11,5%	(115,7)	(116,1)	0,3%
Pessoal	(18,6)	(17,8)	-4,3%	(53,9)	(50,6)	-6,1%
Pessoal e encargos	(16,0)	(15,1)	-5,6%	(45,6)	(42,1)	-7,7%
INSS	(2,6)	(2,6)	0,0%	(8,3)	(8,5)	2,4%
Outros	(19,7)	(24,9)	26,4%	(61,8)	(65,5)	6,0%
Serviços de terceiros	(11,9)	(11,7)	-1,7%	(35,0)	(32,0)	-8,6%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,6)	(0,6)	0,0%	(2,2)	(2,0)	-9,1%
Material de consumo	(0,3)	(0,4)	33,3%	(1,1)	(1,2)	9,1%
Provisão para contingências	(0,6)	(3,9)	550,0%	(2,9)	(1,2)	-58,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3,0	3,3	10,0%	8,1	7,4	-8,6%
Outras	(9,3)	(11,7)	25,8%	(28,4)	(36,5)	28,5%
Depreciação	(5,2)	(3,6)	-30,8%	(9,1)	(10,8)	18,7%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

% em relação à receita operacional líquida	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	-23,0%	-22,4%	0,6 p.p.	-24,2%	-23,3%	0,9 p.p.
Despesas Comerciais	-7,6%	-7,6%	0,0 p.p.	-9,1%	-9,7%	-0,6 p.p.
PDD	-2,5%	-2,8%	-0,3 p.p.	-3,5%	-3,6%	-0,2 p.p.
Publicidade	-5,1%	-4,8%	0,3 p.p.	-5,6%	-6,1%	-0,5 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-15,4%	-14,8%	0,6 p.p.	-15,1%	-13,6%	1,6 p.p.
Pessoal	-7,5%	-6,2%	1,3 p.p.	-7,1%	-5,9%	1,1 p.p.
Pessoal e encargos	-6,4%	-5,2%	1,2 p.p.	-6,0%	-4,9%	1,0 p.p.
INSS	-1,0%	-0,9%	0,1 p.p.	-1,1%	-1,0%	0,1 p.p.
Outros	-7,9%	-8,6%	-0,7 p.p.	-8,1%	-7,7%	0,4 p.p.
Serviços de terceiros	-4,8%	-4,1%	0,7 p.p.	-4,6%	-3,7%	0,8 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,2%	-0,2%	0,0 p.p.	-0,3%	-0,2%	0,1 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	-0,2%	-1,4%	-1,1 p.p.	-0,4%	-0,1%	0,2 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,2%	1,1%	-0,1 p.p.	1,1%	0,9%	-0,2 p.p.
Outras	-3,7%	-4,1%	-0,3 p.p.	-3,7%	-4,3%	-0,6 p.p.
Depreciação	-2,1%	-1,2%	0,8 p.p.	-1,2%	-1,3%	-0,1 p.p.



Divulgação de Resultados 3T11

EBITDA

O **EBITDA** do 3T11 somou R\$47,3 milhões e a **margem EBITDA** totalizou 16,4%, um aumento de 2,8 p.p. em relação ao 3T10 (que por sua vez tinha apresentado um ganho de 4,9 p.p. frente ao 3T09), principalmente em razão da melhor gestão dos custos e despesas com pessoal que compensaram o escalonamento do INSS, o aumento nos custos com material didático e despesas de marketing. Caso ainda utilizássemos o critério "recorrente", nosso EBITDA recorrente teria sido de R\$52,7 milhões (+26,1% em relação ao 3T10), com uma margem EBITDA recorrente de 18,3% (+1,5 p.p.).

Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Receita Operacional Líquida	249,5	288,3	15,6%	763,7	854,0	11,8%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(162,0)	(180,4)	11,4%	(505,2)	(552,4)	9,3%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(57,4)	(64,7)	12,7%	(184,9)	(198,9)	7,6%
(+) Resultado financeiro operacional	3,9	4,1	5,1%	11,1	11,0	-0,9%
EBITDA	34,0	47,3	39,1%	84,6	113,8	34,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>13,6%</i>	<i>16,4%</i>	<i>2,8 p.p.</i>	<i>11,1%</i>	<i>13,3%</i>	<i>2,2 p.p.</i>

No conceito *same shops*, o **EBITDA** do 3T11 somou R\$43,6 milhões e a **margem EBITDA** totalizou 15,9%, um aumento de 2,3 p.p. em relação ao 3T10, mais uma vez demonstrando crescimento com maior rentabilidade em bases orgânicas, antes de aquisições.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – No conceito *same shops*

Em R\$ milhões	3T10	3T11 ex-aquisições	Variação	9M10	9M11 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	249,5	274,1	9,9%	763,7	822,6	7,7%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(162,0)	(171,9)	6,1%	(505,2)	(531,3)	5,2%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(57,4)	(62,6)	9,1%	(184,9)	(192,5)	4,1%
(+) Resultado financeiro operacional	3,9	4,1	4,4%	11,1	11,0	-1,3%
EBITDA	34,0	43,6	28,3%	84,6	109,7	29,7%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>13,6%</i>	<i>15,9%</i>	<i>2,3 p.p.</i>	<i>11,1%</i>	<i>13,3%</i>	<i>2,2 p.p.</i>

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com os resultados das empresas adquiridas desde o início de 2011. Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data da sua aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. Mais uma vez procuramos agir com transparência, ao mostrar nosso crescimento orgânico separado de crescimento por aquisições.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 15 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas

Em R\$ milhões	Atual	FAL	FATERN	Academia do Concurso
Receita Líquida	5,3	2,2	3,8	2,6
Lucro Bruto	2,1	0,7	1,8	1,0
<i>Margem Bruta</i>	<i>40,3%</i>	<i>31,5%</i>	<i>48,1%</i>	<i>37,7%</i>
EBITDA	2,0	0,2	1,5	0,0
<i>Margem EBITDA</i>	<i>37,9%</i>	<i>11,4%</i>	<i>39,9%</i>	<i>1,2%</i>
Lucro Líquido	1,6	0,2	1,2	-0,1
<i>Margem Líquida</i>	<i>29,9%</i>	<i>8,5%</i>	<i>31,6%</i>	<i>-2,4%</i>

Conforme demonstrado acima, as empresas adquiridas de um modo geral apresentaram bons resultados. A Estácio-Atual, primeira aquisição da Estácio nessa nova fase e, portanto, a mais avançada em termos de integração, apresentou uma margem EBITDA de 37,9% no 3T11, refletindo uma performance excelente da nova Unidade em Boa Vista, RR e já começando a colher frutos da migração para o modelo de Ensino Estácio iniciada nesse segundo semestre.

Nossas aquisições em Natal, a Estácio-FAL e a Estácio-Fatern, tiveram margens positiva no período, com destaque para a Estácio-Fatern, que obteve quase 40% de margem EBITDA. Ambas as Unidades tiveram um bom processo de captação e, embora ainda não tenham iniciado a migração para o Modelo de Ensino Estácio, já se beneficiam da formação do "Núcleo Natal" em conjunto com a nossa Unidade original na cidade, buscando sinergias e economias de escala e assim alavancando suas margens.

A Academia do Concurso, por sua vez, vem passando por ajustes já esperados no início da transição e conseguiu equilibrar seus resultados no trimestre (vindo de prejuízos no 2T11), após implementar ações para acelerar a migração do seu *back-office* para a Central de Serviços Compartilhados e estabilizar as suas operações cotidianas. Em paralelo, a Academia começa a estruturar sua plataforma para cursos EAD e se prepara para dar início à comercialização de uma plataforma de cursos livres que irão contribuir para a geração de receita.

Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
Receitas Financeiras	8,4	5,6	-33,3%	23,3	18,2	-21,9%
Multas e juros recebidos por atraso	3,9	4,1	4,7%	11,1	11,0	-1,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	4,2	1,1	-72,9%	11,4	6,1	-46,1%
Outras	0,3	0,3	0,0%	0,9	1,1	26,6%
Despesas Financeiras	(4,6)	(7,9)	71,7%	(12,6)	(21,0)	66,5%
Despesas bancárias	(0,8)	(2,1)	144,0%	(3,1)	(4,4)	38,6%
Juros e encargos financeiros	(0,5)	(3,1)	520,0%	(1,0)	(4,9)	369,5%
Perdão da dívida	-	-	N.A.	-	(3,3)	N.A.
Descontos Financeiros	(2,5)	(1,9)	-23,9%	(5,4)	(5,8)	7,6%
Outras	(0,7)	(0,9)	21,4%	(3,0)	(2,7)	-12,5%
Resultado Financeiro	3,8	(2,3)	-160,5%	10,7	(2,8)	-125,6%

No 3T11 o **resultado financeiro** ficou negativo em R\$2,3 milhões, em razão da redução de R\$2,8 milhões nas receitas financeiras e do aumento de R\$2,3 milhões nas despesas financeiras.



Divulgação de Resultados 3T11

Na linha das receitas financeiras, a principal redução (R\$3,0 milhões) ocorreu nos rendimentos de aplicações financeiras, em função da redução do volume de caixa da Companhia após a série de aquisições realizadas no início do ano. Já nas rubricas das despesas financeiras o principal fator para o aumento com relação ao ano anterior foi o início do serviço das dívidas do BNDES e do IFC, que em 2010 eram praticamente inexistentes.

Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
EBITDA	34,0	47,3	39,1%	84,6	113,8	34,5%
Resultado financeiro operacional	(3,9)	(4,1)	5,1%	(11,1)	(11,0)	-0,9%
Resultado Financeiro	3,8	(2,3)	-160,5%	10,7	(2,8)	-126,2%
Depreciação	(8,0)	(11,1)	38,8%	(23,1)	(29,6)	28,1%
Resultado das Atividades não continuadas	-	(2,2)	N.A.	(1,1)	(2,2)	N.A.
Contribuição social	(0,2)	0,9	-550,0%	(0,4)	(0,1)	-75,0%
Imposto de renda	(0,4)	2,6	-750,0%	(0,9)	(0,2)	-77,8%
Lucro Líquido	25,3	31,1	22,9%	58,8	67,8	15,5%

O **lucro líquido** da Estácio totalizou R\$31,1 milhões no 3T11, contra R\$25,3 milhões no 3T10. O aumento de 22,9% do lucro líquido é explicado pelo aumento de 39,1% no EBITDA e pelo aumento de R\$4,1 milhões nas linhas de Imposto de Renda e Contribuição Social (devido à redução do IR e CS diferido ativo), compensados pela redução no Resultado Financeiro (acima referida) e pelo aumento de R\$3,1 milhões em depreciação e amortização (devido ao maior CAPEX). É importante ressaltar que a venda da nossa operação no Paraguai representou uma perda de R\$ 2,2 milhões, o que diminuiu o lucro líquido do período.

No acumulado do ano o lucro líquido soma R\$67,8 milhões, um aumento de 15,5% sobre o mesmo período do anterior.

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos** (mensalidades e acordos) ficou em 62 dias no 3T11. Excluindo as empresas adquiridas o número cai para 60 dias, mantendo o patamar verificado no último trimestre, quando concluímos com 59 dias de prazo médio de recebimento, porém permanecendo acima do mesmo período de 2010, quando fechamos com 47 dias.

Ao longo do trimestre lançamos uma campanha interna muito forte com a finalidade de mobilizar toda a nossa empresa em torno do tema inadimplência. Estamos adotando práticas de gestão, desenvolvendo sistemas para ampliar a visibilidade dos drivers da inadimplência, adotando melhores práticas verificadas nas Unidades que tem melhor desempenho no item, e lançando uma campanha com apelo educacional chamada "Universitário Responsável", com o envolvimento de coordenadores e professores na discussão das responsabilidades dos nossos alunos. Com esse *pool* de ações, estamos confiantes para buscar resultados mais relevantes, melhorar a nossa inadimplência, e contribuir para a geração de caixa, já nos próximos ciclos.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 18 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11	3T11 ex. aquisições
Contas a Receber Bruto	267,1	210,9	234,4	273,1	283,2	259,5
FIES	17,5	15,3	21,2	25,4	31,0	31,0
Mensalidades de alunos	193,5	157,4	164,6	198,7	195,0	173,7
Cartões a receber	11,8	6,9	12,8	10,8	16,4	15,6
Acordos a receber	41,5	26,9	31,7	32,4	35,5	33,9
Taxas a receber	2,9	4,4	4,1	5,7	5,3	5,3
Créditos a identificar	(7,8)	(9,2)	(5,5)	(6,8)	(5,2)	(5,3)
Saldo PDD	(110,4)	(45,4)	(49,9)	(55,8)	(56,0)	(44,7)
Contas a Receber Líquido	148,9	156,4	179,0	210,5	221,9	209,5
(-) FIES	(17,5)	(15,3)	(21,2)	(25,4)	(31,0)	(31,0)
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	131,5	141,1	157,8	185,0	190,9	178,5
Receita Líquida (Últimos 12 meses)*	1.008,1	1.016,2	1.036,0	1.119,3	1.106,5	1.075,0
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	47	50	55	60	62	60

* A receita líquida das empresas adquiridas que integraram o consolidado no 3T11 foi anualizada para cálculo do Dia do Contas a Receber Líquido.

Ao final do 3T11, o **contas a receber líquido ex-FIES** era de R\$190,9 milhões, levemente acima do verificado no último trimestre, com as maiores variações ocorrendo nas rubricas "Cartões a Receber" e "FIES", ambas contribuindo para a redução do risco da carteira de recebíveis da empresa.

Mais uma vez seguimos adotando políticas de crédito e de negociação rígidas, visando controlar a qualidade dos nossos recebíveis. Como consequência não houve variação nos montantes dos acordos a receber, que permaneceram na casa dos R\$35,5 milhões, apenas 16,0% do saldo de recebíveis brutos totais.

O **contas a receber FIES**, que apresentou um aumento de R\$5,6 milhões no trimestre, é composto pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, sendo utilizados pela Estácio para pagamento de impostos federais, ou seja, representam créditos fiscais sem qualquer risco de inadimplência. Além dos créditos no contas a receber, temos no balanço mais R\$9,7 milhões já convertidos em certificados aguardando utilização ou recompra. Ao final de setembro, tínhamos cerca de 13 mil alunos de FIES, mais do que o dobro que os 6 mil alunos do 3T10.

A variação no saldo de PDD do 3T11, quando comparado ao 3T10, é explicada pelo fato de que a partir do 4T10 a Estácio passou a adotar a política de baixa contábil dos recebíveis brutos vencidos há mais de 360 dias. É importante lembrar que ao efetuar a baixa contábil destes recebíveis, o mesmo montante também é baixado do Saldo PDD, gerando efeito neutro no contas a receber líquido.

Vale mais uma vez lembrar que a política de provisão de devedores duvidosos da Estácio não é baseada em estimativas, pois todo o contas a receber vencido há mais de 180 dias é provisionado, o que pode ser comprovado pela tabela abaixo, quando comparada com o Saldo da PDD da Tabela 18.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 19 – *Aging* do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	3T10	%	3T11	%
FIES	17,5	7%	31,0	11%
A vencer	55,0	21%	90,8	32%
Vencidas até 30 dias	37,1	14%	45,4	16%
Vencidas de 31 a 60 dias	17,3	6%	19,7	7%
Vencidas de 61 a 90 dias	6,4	2%	6,0	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	26,8	10%	34,3	12%
Vencidas há mais de 180 dias	106,9	40%	56,0	20%
TOTAL	267,1	100%	283,2	100%

O aumento na linha "A vencer" em relação ao 3T10 deve-se principalmente a:

- (i) o aumento nos recebíveis via cartão de crédito em virtude das recentes campanhas que incentivam essa modalidade de pagamento;
- (ii) campanhas promocionais de financiamento na primeira mensalidade dos alunos; e
- (iii) acordos e convênios com Empresas e Autarquias Governamentais.

A tabela abaixo, por sua vez, apresenta o *aging* dos nossos acordos. Como podemos observar apenas 16% do total de recebíveis vem de renegociações com alunos, o que está em linha com o percentual divulgado no 2T11 (15%), demonstrando que os esforços de renovação de matrículas foram feitos com disciplina, sem prejudicar a carteira de crédito e níveis de potencial inadimplência futura. Além disso, analisando o *aging* dos Acordos é crucial monitorar o percentual de títulos já vencidos há mais de 60 dias. Na Estácio, apenas 20% dos Acordos se encontram nessa situação.

Tabela 20 – *Aging* dos Acordos a Receber

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	3T10	%	3T11	%
A vencer	26,3	64%	25,0	70%
Vencidas até 30 dias	6,5	16%	2,2	6%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,8	4%	1,2	3%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,7	2%	1,3	4%
Vencidas de 91 a 179 dias	1,6	4%	2,9	8%
Vencidas há mais de 180 dias	4,5	11%	2,9	8%
TOTAL	41,5	100%	35,5	100%
% sobre o Contas a Receber Líquido	28%		16%	

A fim de facilitar a compreensão, reproduzimos a seguir a tabela apresentada nas Notas Explicativas do ITR, que explica o passo-a-passo de como é constituída a provisão a cada período. No caso das tabelas a seguir, a reconciliação apresenta os números do período de nove meses findos em 30/09/2011.

Primeiro, explicamos como chegamos à provisão que transita em resultado. Partindo do total de recebíveis que chegam à faixa dos vencidos há mais de 180 dias, deduz-se o montante que é recuperado e recebido via assessorias de cobrança referentes a recebíveis já provisionados ("Recuperação"), e chega-se ao "Complemento da Provisão" do período (nove meses findos em 30/09/2011). Para reconciliar o Complemento da Provisão no Balanço Patrimonial com a Demonstração de Resultados do Exercício, ainda deve-se considerar as rubricas "Risco de Crédito do FIES" e a "Baixa de Cobrança e Depósitos Não Identificados" referentes a créditos com mais de 180 dias e, portanto, já provisionados. O resultado, R\$30,9 milhões, é exatamente o que é lançado como despesa.



Divulgação de Resultados 3T11

Tabela 21 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE 9M11

Em R\$ milhões	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação	Complemento da provisão, líquido	Risco de crédito - FIES	Baixa de cobrança e depósitos não identificados	Total
Mensalidades e taxa	68,7	(33,9)	34,9	0,3	(5,5)	29,6
Adquiridas	1,3	-	1,3	-		1,3
TOTAL	70,1	(33,9)	36,2		(5,5)	30,9

A seguir, demonstramos como reconciliar a PDD do resultado com a variação dos saldos de Balanço. Partindo do saldo de Provisão para Devedores Duvidosos em 31/12/2010, somamos o Complemento da Provisão Líquido e os saldos de Provisão para Devedores Duvidosos das empresas adquiridas (na coluna "Efeito das Entidades Adquiridas"). Por fim, retiramos, na coluna "Baixa", as provisões com mais de 360 dias, fazendo a mesma operação no Contas a Receber Bruto exatamente no mesmo montante, chegando ao saldo da Provisão para Devedores Duvidosos em 30/09/2011.

Vale ressaltar que tal baixa é realizada a cada trimestre com o simples objetivo de manter um histórico de 12 meses, a fim de facilitar as comparações entre trimestres. Como todos os recebíveis com mais de 180 dias na Estácio já estão necessariamente provisionados, tal movimentação não traz variação no Contas a Receber Líquido. Reforçamos que estes recebíveis continuarão a ser cobrados normalmente através dos mecanismos utilizados pela Estácio e, quando recuperados, seu valor será um redutor da provisão para devedores duvidosos.

Tabela 22 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

Em R\$ milhões	31/12/2010	Complemento da provisão, líquido	Efeito das entidades adquiridas	Baixa	30/09/2011
Mensalidades e taxa	45,4	34,9	-	(36,9)	43,3
Adquiridas	-	1,3	11,3	-	12,7
TOTAL	45,4	36,2	11,3	(36,9)	56,0

Investimentos (CAPEX e Aquisições)

Tabela 23 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	3T10	3T11	Variação	9M10	9M11	Variação
CAPEX	20,4	24,2	18,6%	33,4	85,7	156,6%
Manutenção	18,3	8,6	-53,0%	27,6	32,7	18,5%
Modelo de Ensino	2,1	4,4	109,5%	5,8	12,1	108,6%
Nova Arquitetura de TI	-	5,3	N.A.	-	11,7	N.A.
Projetos de Integração	-	2,5	N.A.	-	2,5	N.A.
Expansão	-	3,4	N.A.	-	12,6	N.A.
Parque de Computadores	-	-	N.A.	-	14,1	N.A.
Aquisições	-	-	N.A.	-	61,0	N.A.

No 3T11, o **CAPEX de manutenção** totalizou R\$8,6 milhões, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Foram investidos cerca de R\$4,4 milhões no projeto do novo modelo de ensino (construção de conteúdo), e também R\$5,3 milhões na aquisição de hardware e licenças para o desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados. Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades** totalizaram R\$3,4 milhões e compreenderam reestruturações e obras realizadas no



Divulgação de Resultados 3T11

Campus Sulacap, Campus Ibiúna, Campus Tom Jobim, Campus Marajoara II e os equipamentos para um novo Campus.

Capitalização e Caixa

Tabela 24 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/09/2010	30/09/2011
Patrimônio líquido	518,8	634,1
Caixa e disponibilidades	183,7	62,3
Endividamento bruto	(10,9)	(71,2)
Empréstimos bancários	(7,5)	(58,9)
Curto prazo	(2,7)	(3,2)
Longo prazo	(4,8)	(55,7)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(1,5)	(7,3)
Parcelamento de tributos	(1,9)	(5,0)
Caixa / Dívida líquida	172,8	(8,9)

Ao final do 3T11, o **caixa** totalizava R\$62,3 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

O **endividamento** bancário de R\$58,9 milhões no 3T11 corresponde ao empréstimo de R\$48,5 milhões junto ao IFC, ao contrato FINAME e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$7,3 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$71,2 milhões ao final do 3T11.

Dessa forma, a **dívida líquida** da Estácio ao final do 3T11 totalizava R\$8,9 milhões.

Fluxo de Caixa

Gráfico 3 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – Trimestral

No 3T11, a geração de caixa operacional (EBITDA) compensou a variação do capital de giro decorrente do aumento de recebíveis, os investimentos realizados em CAPEX de manutenção e gerou um fluxo de caixa operacional positivo de R\$21,3 milhões.

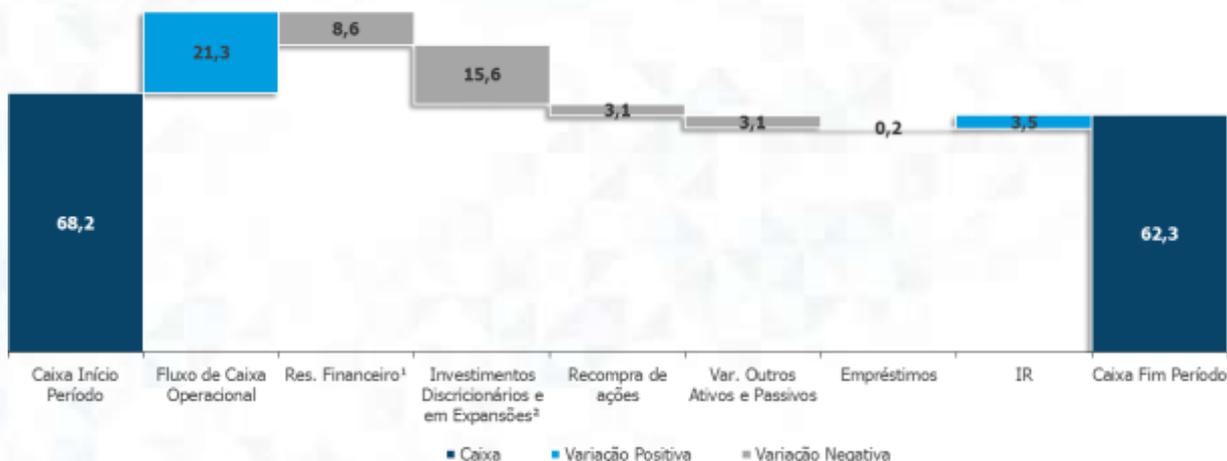




Divulgação de Resultados 3T11

Gráfico 4 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Trimestral

No 3T11, o CAPEX discricionário (Novo Modelo de Ensino, troca do parque de computadores) e os investimentos em expansão, o programa de recompra de ações e o resultado financeiro foram os principais responsáveis pela redução de R\$ 5,9 milhões no caixa no período, que encerrou o trimestre em R\$ 62,3 milhões.



¹ Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

² Composição dos Investimentos: Discricionários (R\$12,2 milhões) + Expansão (R\$3,4 milhões)

Gráfico 5 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – 9M11

Ao longo dos 9 meses de 2011, a geração de caixa operacional (EBITDA) totalizou R\$113,8 milhões, suficiente para suprir a variação do Capital de Giro, o CAPEX de manutenção, chegando a um fluxo de caixa operacional positivo de R\$20,7 milhões.

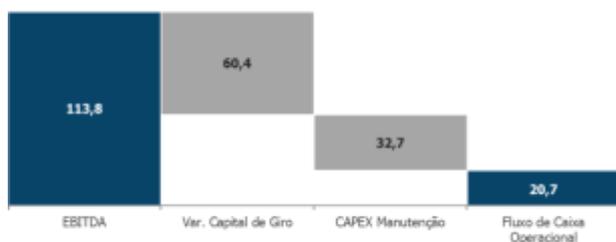


Gráfico 6 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – 9M11

Ao longo do ano, o CAPEX discricionário (Novo Modelo de Ensino, troca do parque de computadores) e os investimentos em aquisições e expansões, somados ao pagamento de dividendos e à recompra de ações, reduziram o caixa inicial, que foi recomposto pelo empréstimo junto ao IFC.



¹ Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

² Composição dos Investimentos: Discricionários (R\$40,4 milhões) + Aquisições (R\$61,0 milhões) + Expansão (R\$12,6 milhões)

Principais Fatos Marcantes

III Fórum Docente

Nos dias 4 e 5 de agosto, foi realizada a 3ª edição do Fórum de Docentes da Estácio, que reuniu mais de 500 professores e coordenadores da Estácio de todo o Brasil no Rio de Janeiro. O evento é uma grande oportunidade para a integração e troca de conhecimento acadêmico entre nossos docentes.



O evento deste ano, cujo tema foi "Luz, Câmera, Professores em Ação: Conduzindo a Transformação da Aprendizagem", superou todas as expectativas e serviu para estreitar ainda mais os laços entre a comunidade Estácio. O encontro contou com a participação dos diretores executivos e do Presidente da Estácio, Eduardo Alcalay, e teve a início com uma apresentação de boas-vindas do diretor-executivo de Gente e Gestão, Miguel de Paula. Depois, o evento teve sequência com palestras e grupos de trabalho com os professores.

Vale destacar a entrega dos prêmios do IV Concurso Interno de Produção Científica e Projetos de Extensão e do I Concurso de Ensaio a 47 professores. O sucesso do evento mostra o compromisso da Estácio em integrar e fomentar o desenvolvimento da atividade docente em rede no âmbito nacional do nosso modelo de ensino.

Desinvestimento no Paraguai

Em 8 de setembro, a Estácio concluiu a alienação de todas as ações que detinha no capital social da Sociedade de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede em Assunção, no Paraguai. Com isso, a Estácio desfez-se de sua única operação no exterior devido ao não alinhamento com a estratégia de crescimento atual, focada no Brasil, e também à falta de sinergia com nossas operações em território nacional.

Empréstimo junto ao IFC (*International Finance Corporation*)

Em 21 de outubro, anunciamos a assinatura de contrato para um outro empréstimo no valor de US\$ 70 milhões junto ao IFC. O financiamento será feito diretamente com o IFC, terá prazo total de 10 (dez) anos e denominado em reais. Os desembolsos estão previstos para ocorrer até o final de 2011. Os recursos serão utilizados para expansão de novas unidades e para o financiamento de aquisições de empresas.

Projetos de Sustentabilidade

Estácio no Rock in Rio – Parceria por um mundo melhor

Depois de 10 anos, o Rock in Rio voltou à cidade onde tudo começou. Nos meses de setembro e outubro, 700 mil pessoas estiveram presentes no festival e 180 milhões de espectadores em 200 países acompanharam o evento pela internet.

A Estácio, parceira exclusiva no segmento de Ensino Superior, ofereceu 600 vagas exclusivas de voluntariado para seus alunos em todo o Brasil. Alunos participaram da logística das atrações, gestão do público e produção, entre outros, aprimorando sua formação profissional, contribuindo para evento cultural e um mundo melhor.



Foto: Palco Sunset, Cidade do Rock.

Alunos de Comunicação Social da Estácio produziram, criaram e editaram os conteúdos da TV Rock in Rio, transmitida nos telões da Cidade do Rock.

Com um stand exclusivo na Cidade do Rock, aproximadamente 3 mil pessoas foram atendidas durante o evento. Todo o público foi atingido através do *brand experience*.

Como resultado da parceria, a Estácio foi citada em mais de 90 matérias em veículos impressos e online, além de várias inserções em rádios, como CBN e Rádio Globo.

Mais de 101 toneladas de material reciclável, produzidos durante o evento, seguiram para reciclagem e 74 toneladas de lixo orgânico foram levadas para a Usina do Caju para compostagem e transformação em adubo orgânico que será utilizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no "Rio Capital Verde", programa de reflorestamento do município que recuperará 1,5 mil hectares até 2012.

Estácio e Rock in Rio, uma parceria de educação e sustentabilidade por um mundo melhor.



Dados das Teleconferências sobre Resultados

Teleconferência (em Português)	Teleconferência (em Inglês)
Data: 11 de novembro de 2011	Data: 11 de novembro de 2011
Horário: 10h00 (Brasília) / 07h00 (NY)	Horário: 12h00 (Brasília) / 09h00 (NY)
Telefone de Conexão: +55 (11) 2188-0155	Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776
Código de Acesso: Estácio	Código de Acesso: Estácio
Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ri	Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ir
Replay: disponível de 12/11 a 19/11/2011	Replay: disponível de 12/11 a 22/11/2011
Telefone de Acesso: +55 (11) 2188-0155	Telefone de Acesso: +1 (412) 317-0088
Código de Acesso: Estácio	Código de Acesso: 10005232

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Estácio são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.



Divulgação de Resultados 3T11

Demonstração de Resultados em IFRS

Em R\$ milhões	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	3T10	3T11	Varição	3T10	3T11	Varição
Receita Operacional Bruta	363,4	415,1	14,2%	363,4	396,7	9,2%
Mensalidades	357,8	407,7	13,9%	357,8	392,5	9,7%
Outras	5,6	7,4	32,1%	5,6	4,2	-25,0%
Deduções da Receita Bruta	(113,9)	(126,8)	11,3%	(113,9)	(122,7)	7,7%
Descontos e Bolsas	(103,4)	(114,0)	10,3%	(103,4)	(110,9)	7,3%
Impostos	(10,5)	(12,8)	21,9%	(10,5)	(11,7)	11,4%
Receita Operacional Líquida	249,5	288,3	15,6%	249,5	274,1	9,9%
Custos dos Serviços Prestados	(164,8)	(187,9)	14,0%	(164,8)	(179,2)	8,7%
Pessoal	(122,6)	(135,6)	10,6%	(122,6)	(128,8)	5,0%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(24,2)	(26,7)	10,3%	(24,2)	(25,8)	6,6%
Material Didático	(3,2)	(5,0)	56,3%	(3,2)	(4,8)	50,0%
Serviços de terceiros e outros	(12,0)	(13,1)	9,2%	(12,0)	(12,4)	3,3%
Depreciação	(2,8)	(7,5)	167,9%	(2,8)	(7,4)	164,3%
Lucro Bruto	84,7	100,4	18,5%	84,7	94,8	11,9%
Margem Bruta	33,9%	34,8%	0,9 p.p.	33,9%	34,6%	0,6 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(62,7)	(68,3)	8,9%	(62,7)	(66,2)	5,6%
Despesas Comerciais	(19,1)	(22,0)	15,2%	(19,1)	(21,4)	12,0%
PDD	(6,3)	(8,2)	30,2%	(6,3)	(8,0)	27,0%
Publicidade	(12,8)	(13,8)	7,8%	(12,8)	(13,4)	4,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(38,3)	(42,7)	11,5%	(38,3)	(41,2)	7,6%
Pessoal	(18,6)	(17,8)	-4,3%	(18,6)	(17,3)	-7,0%
Outros	(19,7)	(24,9)	26,4%	(19,7)	(23,9)	21,3%
Depreciação	(5,2)	(3,6)	-30,8%	(5,2)	(3,6)	-30,8%
EBIT	22,0	32,1	45,9%	22,0	28,6	30,0%
Margem EBIT	8,8%	11,1%	2,3 p.p.	8,8%	10,4%	1,6 p.p.
(+) Depreciação	8,0	11,1	38,8%	8,0	11,0	37,5%
(+) Resultado financeiro operacional	3,9	4,1	5,1%	3,9	4,1	5,1%
EBITDA	34,0	47,3	39,1%	34,0	43,6	28,2%
Margem EBITDA	13,6%	16,4%	2,8 p.p.	13,6%	15,9%	2,3 p.p.
Resultado financeiro operacional	(3,9)	(4,1)	5,1%	(3,9)	(4,1)	5,1%
Resultado financeiro	3,8	(2,3)	-160,5%	3,8	(2,0)	-152,6%
Depreciação e amortização	(8,0)	(11,1)	38,8%	(8,0)	(11,0)	37,5%
Resultado das Atividades não continuadas	-	(2,2)	N.A.	-	(2,2)	N.A.
Contribuição social	(0,2)	0,9	-550,0%	(0,2)	1,1	-650,0%
Imposto de renda	(0,4)	2,6	-750,0%	(0,4)	2,9	-825,0%
Lucro Líquido	25,3	31,1	22,9%	25,3	28,3	11,9%
Margem Líquida	10,1%	10,8%	0,7 p.p.	10,1%	10,3%	0,2 p.p.



Divulgação de Resultados 3T11

Em R\$ milhões	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	9M10	9M11	Variação	9M10	9M11	Variação
Receita Operacional Bruta	1.098,0	1.221,1	11,2%	1.098,0	1.180,3	7,5%
Mensalidades	1.084,6	1.201,7	10,8%	1.084,6	1.166,8	7,6%
Outras	13,5	19,4	43,7%	13,5	13,6	0,7%
Deduções da Receita Bruta	(334,3)	(367,1)	9,8%	(334,3)	(357,8)	7,0%
Descontos e Bolsas	(302,2)	(330,2)	9,3%	(302,2)	(323,1)	6,9%
Impostos	(32,2)	(36,8)	14,3%	(32,2)	(34,6)	7,5%
Receita Operacional Líquida	763,7	854,0	11,8%	763,7	822,6	7,7%
Custos dos Serviços Prestados	(519,3)	(571,3)	10,0%	(519,3)	(549,8)	5,9%
Pessoal	(385,3)	(419,8)	9,0%	(385,3)	(402,7)	4,5%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(72,0)	(77,7)	7,9%	(72,0)	(75,5)	4,9%
Material Didático	(9,7)	(17,7)	82,5%	(9,7)	(17,5)	80,4%
Serviços de terceiros e outros	(38,2)	(37,2)	-2,6%	(38,2)	(35,5)	-7,1%
Depreciação	(14,0)	(18,8)	34,3%	(14,0)	(18,5)	32,1%
Lucro Bruto	244,4	282,7	15,7%	244,4	272,8	11,6%
Margem Bruta	32,0%	33,1%	1,1 p.p.	32,0%	33,2%	1,2 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(194,0)	(209,6)	8,0%	(194,0)	(203,3)	4,8%
Despesas Comerciais	(69,2)	(82,8)	19,7%	(69,2)	(80,4)	16,2%
PDD	(26,4)	(30,9)	17,0%	(26,4)	(29,6)	12,1%
Publicidade	(42,8)	(51,8)	21,0%	(42,8)	(50,8)	18,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(115,7)	(116,1)	0,3%	(115,7)	(112,1)	-3,1%
Pessoal	(53,9)	(50,6)	-6,1%	(53,9)	(49,6)	-8,0%
Outros	(61,8)	(65,5)	6,0%	(61,8)	(62,4)	1,0%
Depreciação	(9,1)	(10,8)	18,7%	(9,1)	(10,8)	18,7%
EBIT	50,4	73,1	45,0%	50,4	69,5	37,9%
Margem EBIT	6,6%	8,6%	2,0 p.p.	6,6%	8,4%	1,8 p.p.
(+) Depreciação	23,1	29,7	28,6%	23,1	29,3	26,8%
(+) Resultado financeiro operacional	11,1	11,0	-0,9%	11,1	11,0	-0,9%
EBITDA	84,6	113,8	34,5%	84,6	109,7	29,7%
Margem EBITDA	11,1%	13,3%	2,2 p.p.	11,1%	13,3%	2,2 p.p.
Resultado financeiro operacional	(11,1)	(11,0)	-0,9%	(11,1)	(11,0)	-0,9%
Resultado financeiro	10,7	(2,8)	-126,2%	10,7	(1,7)	-115,9%
Depreciação e amortização	(23,1)	(29,7)	28,6%	(23,1)	(29,3)	26,8%
Resultado das Atividades não continuadas	(1,1)	(2,2)	100,0%	(1,1)	(2,2)	100,0%
Contribuição social	(0,4)	(0,1)	-75,0%	(0,4)	(0,0)	-98,9%
Imposto de renda	(0,9)	(0,2)	-77,8%	(0,9)	(0,0)	-99,4%
Lucro Líquido	58,8	67,8	15,3%	58,8	65,5	11,4%
Margem Líquida	7,7%	7,9%	0,2 p.p.	7,7%	8,0%	0,3 p.p.



Divulgação de Resultados 3T11

Balanço Patrimonial em IFRS

Em R\$ milhões	30/09/2010	30/06/2011	30/09/2011
Ativo Circulante	367,9	351,6	355,2
Disponibilidades	39,8	61,5	53,7
Títulos e valores mobiliários	143,9	6,7	8,7
Contas a receber	148,9	210,6	221,9
Contas a compensar	0,8	18,2	9,7
Adiantamentos a funcionários/terceiros	4,7	12,9	18,7
Partes relacionadas	0,3	0,3	0,3
Despesas antecipadas	10,6	10,6	12,9
Outros	18,9	30,9	29,3
Ativo Não-Circulante	364,4	522,4	545,3
Realizável a Longo Prazo	42,9	63,1	72,9
Despesas antecipadas	2,8	0,9	0,6
Partes relacionadas	3,0	-	-
Depósitos judiciais	35,1	50,3	56,1
Impostos diferidos	2,0	11,9	16,1
Permanente	321,5	459,3	472,4
Investimentos	0,2	0,2	0,2
Imobilizado	196,8	243,5	250,8
Intangível	124,4	215,6	221,4
Total do Ativo	732,2	874,1	900,5
Passivo Circulante	138,3	143,1	143,0
Empréstimos e financiamentos	2,7	4,1	3,2
Fornecedores	18,0	14,2	17,6
Salários e encargos sociais	89,7	90,4	92,2
Obrigações tributárias	12,8	12,4	12,2
Mensalidades recebidas antecipadamente	9,3	9,0	6,3
Parcelamento de tributos	0,4	0,3	0,3
Dividendos a pagar	-	-	-
Compromissos a pagar	1,5	7,7	7,3
Outros	3,9	5,1	3,9
Exigível a Longo Prazo	75,1	126,1	123,4
Empréstimos e financiamentos	4,8	54,9	55,7
Provisão para contingências	34,6	33,5	30,9
Adiantamento de convênio	21,4	19,2	18,5
Parcelamento de tributos	1,5	5,0	4,7
Provisão para desmobilização de ativos	12,6	13,4	13,6
Outros	0,2	0,1	-
Patrimônio Líquido	518,8	604,8	634,1
Capital social	298,0	364,4	364,4
Gastos com emissão de ações	-	(2,8)	(2,8)
Reservas de capital	104,7	107,7	108,7
Reservas de lucros	58,1	100,5	100,5
Lucros acumulados	58,8	36,7	67,8
Ajustes acumulados de conversão	(0,5)	(0,2)	-
Ações em Tesouraria	(0,3)	(1,3)	(4,4)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	732,2	874,1	900,5



Sobre a Estácio

A Estácio é uma das maiores **organizações privada de ensino superior** no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Os pontos fortes da Estácio são:

Forte Posicionamento para Explorar o Potencial Crescimento do Mercado

- Presença nacional, com Unidades nos maiores centros urbanos do país
- Amplo portfólio de cursos
- Capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria dos nossos cursos
- Marca "Estácio", amplamente reconhecida

Qualidade Diferenciada de Ensino

- Currículos nacionalmente integrados
- Metodologia de ensino diferenciada
- Corpo docente altamente qualificado

Gestão Operacional Profissional e Integrada

- Modelo de gestão orientado por resultados
- Foco na qualidade do ensino

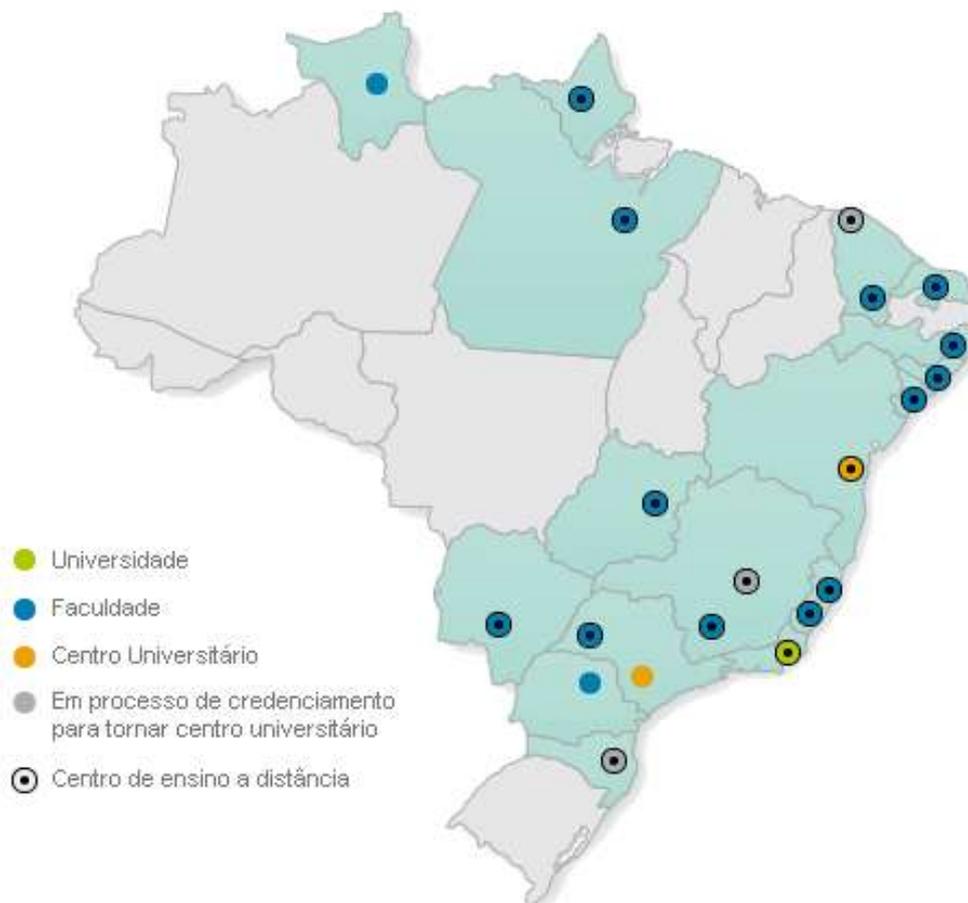
Modelo de Negócio Escalonável

- Crescimento com rentabilidade
- Expansão orgânica e via aquisições

Solidez Financeira

- Forte reserva de caixa
- Capacidade de geração e captação de recursos
- Controle do capital de giro

Ao final de setembro de 2011 a Estácio tinha 247,8 mil alunos de graduação, pós-graduação e ensino a distância matriculados em sua rede de ensino de abrangência nacional, conforme mapa a seguir:



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 5 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne uma Universidade, dois Centros Universitários e 30 faculdades, distribuídas em 17 Estados do país e no exterior. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Estácio foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2011.

2. Políticas contábeis

As Informações Trimestrais - ITR da Companhia para os trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

A demonstração do resultado de 30 de setembro de 2010 foi reclassificada para fins de melhor apresentação e comparabilidade. Algumas despesas comerciais classificadas em 2010 como despesas administrativas foram devidamente reclassificadas, no valor de R\$ 9.204.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Reapresentação das informações trimestrais

Em atendimento ao Ofício/CVM/SRE/SEP/Nº01/2013 emi tido pela Comissão de Valores Mobiliários em 8 de janeiro de 2013, e visando aprimorar as informações trimestrais, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações no fluxo de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011:

- (i) R\$ 24.363 (controladora) e R\$ 34.833 (consolidado) e das atividades operacionais para as atividades de investimento, para melhor apresentação das variações nos saldos de ativos e passivos decorrentes de combinação de negócio ocorridas ao longo do exercício.
- (ii) R\$ 8.918 (consolidado) da atividade de financiamento para as atividades de investimento.; para melhor apresentação das variações nos saldos de ativos e passivos decorrentes de combinação de negócio ocorridas ao longo do exercício.

As reclassificações acima enumeradas se referem ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 apenas e não produziram efeito nos resultados apurados pela Companhia, no resultado por ação (básico e diluído), em seu fluxo de caixa líquido e nos valores adicionados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

Adicionalmente em atendimento ao referido Ofício CVM estas informações trimestrais tiveram suas notas explicativas complementadas. As notas explicativas alteradas foram as notas 2, 8, 20 e 25.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação e reapresentação destas informações trimestrais em 11 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100%	100%
Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. Estácio Editora	100%	100%
		<u>30/09/2011</u>
		<u>Indireta</u>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")		100%
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")		100%
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")		100%

Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia - FAA ("FAA"). O valor da transação foi de R\$20.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

Em 22 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$ 12.500 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação--Continuação

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal - FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

Em 7 de abril de 2011, a Companhia adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"). O valor da transação foi de R\$ 16.078, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado do Rio de Janeiro (informações não auditadas).

Em 12 de abril de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da FATERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal Estado do Rio Grande do Norte. O valor da transação foi de R\$ 14.605 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em 31 de março de 2011, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prosperas capitais da região Nordeste (informações não auditadas).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação--Continuação

O valor dos investimentos preliminarmente avaliados por empresa especializada independente e revisados pela Companhia na data do balanço de aquisição será objeto de eventuais ajustes em prazo inferior a um ano em conformidade com a Deliberação CVM nº 580/09 - CPC 15 e IFRS 3R.

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguay, conforme mensurado na Nota 6.

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- ▶ Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- ▶ Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- ▶ Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- ▶ Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.3. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- ▶ As receitas das atividades são reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- ▶ O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos. As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias da controladora e consolidado. As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para a controlada localizada no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. A controlada citada foi alienada no dia 08 de setembro de 2011 conforme mencionado na nota 6.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.7. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia e também podem ser convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

2.8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de informações contábeis intermediárias da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 8).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Arrendamento mercantil

▶ Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

▶ Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

2.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação--Continuação

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.17. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.18. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais individuais e consolidadas tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante.

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)--Continuação

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.24. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	260	896	36.791	15.277
Aplicações financeiras	59	11.435	16.888	29.450
	319	12.331	53.679	44.727
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	9	16.979	4.402	58.503
Debêntures de Instituições Financeiras	8	18.048	4.266	62.184
	17	35.027	8.668	120.687
Total	336	47.358	62.347	165.414

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundo exclusivo, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de 100,5% a 101,6% do CDI em 30 de setembro de 2011 (de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

As Operações Compromissadas lastreadas por Debêntures de primeira linha estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 100,5% a 101,3% do CDI controladora e consolidado em 30 de setembro de 2011 (de 100,5% a 101,2% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

4. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
FIES	30.995	15.302
Mensalidades de alunos	194.995	157.436
Cartões a receber	16.400	6.930
Acordo a receber	35.461	26.938
Taxas a receber	5.307	4.407
	283.158	211.013
Créditos a identificar	(5.223)	(9.207)
Provisão para devedores duvidosos	(56.007)	(45.384)
	221.928	156.422

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2011	%	31/12/2010	%
FIES	30.995	11%	15.302	7%
A vencer	90.838	32%	32.501	15%
Vencidas até 30 dias	45.416	16%	32.255	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	19.652	7%	22.045	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	5.972	2%	22.047	11%
Vencidas de 91 a 179 dias	34.278	12%	41.479	20%
Vencidas a mais de 180 dias	56.007	20%	45.384	22%
	283.158	100%	211.013	100%

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2011	%	31/12/2010	%
A vencer	24.967	70%	10.892	40%
Vencidas até 30 dias	2.152	6%	6.623	25%
Vencidas de 31 a 60 dias	1.175	4%	1.277	5%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.348	4%	1.606	6%
Vencidas de 91 a 179 dias	2.882	8%	3.182	12%
Vencidas a mais de 180 dias	2.937	8%	3.358	12%
	35.461	100%	26.938	100%

Notas Explicativas**4. Contas a receber--Continuação**

Em virtude dos ajustes recentemente implementados na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada segue demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2010	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Efeito das entidades adquiridas	Baixa	30/9/2011
Mensalidades e taxa	45.384	68.747	(33.893)	34.854	-	(36.894)	43.344
Adquiridas	-	1.328	-	1.328	11.335	-	12.663
	45.384	70.075	(33.893)	36.182	11.335	(36.894)	56.007

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	30/09/2011
	Indireta
Complemento da provisão	36.182
Risco de crédito - FIES	259
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(5.515)
	30.926

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Ativo circulante					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	969	-	-	-	110% CDI
ATUAL		-	-	6.798	110% CDI
	969	-	-	6.798	
Pessoas ligadas (ii)	-	62	260	253	100% CDI
	969	62	260	7.051	
Despesas antecipadas (i)	2.049	2.596	2.049	2.596	
	2.049	2.596	2.049	2.596	
Ativo não circulante					
Mútuo					
Sociedades Ligadas					
ESCUELA (iii)	-	3.153	-	3.153	CDI + 7,7% a.a.
	-	3.153	-	3.153	
Despesas antecipadas (i)	-	1.398	-	1.398	
	-	1.398	-	1.398	
AFAC					
IREP	-	832	-	-	
NOVA ACADEMIA	1.204	-	-	-	
ESTÁCIO EDITORA	250	-	-	-	
SESES	73.742	126.035	-	-	
	75.196	126.867	-	-	
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	2.115	2.326	-	-	
IREP	2.096	4	-	-	
	4.211	2.330	-	-	
	Controladora		Consolidado		
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	
Receitas financeiras					
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	147	815	147	-	
Despesas gerais e administrativas					
Serviço de consultoria (2c)	(1.947)	(1.789)	(1.947)	(1.789)	
Convenios Educacionais	(497)	-	-	-	
Despesas financeiras					
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	(271)	(88)	-	-	

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (ii) Em abril de 2009 e em junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em março de 2012. Em 30 de setembro de 2011 estes valores corrigidos totalizam R\$ 260.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideú, Uruguai, pertencente até 31 de março de 2011 ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 3.153, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas--Continuação

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

Em 31 de março de 2011 a Estácio assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, onde a Estácio adquire de João Uchoa Cavalcanti Netto a totalidade das quotas de que é titular na sociedade uruguaia Escuela de Informatica S.R.L, representadas por 40 quotas ou 80% do capital. No mesmo ato, João Uchoa Cavalcanti Netto pagou para Estácio R\$ 3.153 a título de compensação por eventuais passivos e contingências assumidos em decorrência dessa transferência de propriedade. Este valor foi contabilizado como redutor dos saldos de despesas operacionais na Estacio em 31 de março de 2011.

Ainda nessa data foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informatica S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mutuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detem 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estacio tambem recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde Estácio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchôa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a titulo de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.

- (iv) As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, estão mencionadas na nota explicativa 20.

6. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2010	Aquisições	Ajuste de avaliação patrimonial	Opções outorgadas	Baixa investimento	Equivalência patrimonial	AFAC	30/9/2011
Investimento								
SESES	239.372	-	-	2.341	-	43.236	62.844	347.793
IREP	287.406	-	-	-	-	39.106	-	326.512
SESSA	3.645	-	409	-	(4.163)	109	-	-
NOVA ACADEMIA	-	15.078	-	-	-	(970)	1.204	15.312
ESTACIO EDITORA	-	5	-	-	-	(262)	250	(7)
Total	530.423	15.083	409	2.341	(4.163)	81.219	64.298	689.610

Notas Explicativas

6. Investimentos em controladas--Continuação

Movimentação dos investimentos--Continuação

	SESES	IREP	SESSA	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	127.247	209.500	10.607	1.057	1
Capital social integralizado	127.247	209.500	3.035	1.057	1
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
30 de setembro de 2011	274.051	264.070		(472)	(262)
31 de dezembro de 2010	113.337	224.131	3.645		
Saldo reserva - PROUNI					
30 de setembro de 2011	12.080	15.463			
31 de dezembro de 2010	12.080	15.463			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
30 de setembro de 2011	43.236	39.106			
31 de dezembro de 2010	10.332	72.010	563		
Adiantamento para futuro aumento de capital					
30 de setembro de 2011	73.742			1.204	250
31 de dezembro de 2010	126.035	833			
Ágio na Aquisição de Investimento					
30 de setembro de 2011		62.442		14.580	5
31 de dezembro de 2010		62.442			
Investimento total:					
30 de setembro de 2011	347.793	326.512		15.312	(7)
31 de dezembro de 2010	239.372	287.406	3.645		
Investimento total:					
30 de setembro de 2011	689.610				
31 de dezembro de 2010	530.423				

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de câmbio do dia da venda, é de R\$ 1.988 com a primeira parcela de US\$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas.

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 25.968 (R\$ 27.543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram as relativas à data-base 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

7. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas/hospitais	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Saldo antes dos efeitos da nova prática	Desmobilização	Saldo após os efeitos da Nova prática
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	53.455	24.571	18,8 18 2,19	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	206.778	4.180	210.958
Pro forma	-	-	463	6 3,35	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465	8.698	-	8.698
Aquisições	-	58	3.852	0	20.135	3.846	2.115	4.135	1.002	726	14.119	53.338	-	53.338
Baixas	-	-	(30)	(238)	(124)	(124)	(36)	(196)	(6)	(52)	-	(806)	-	(806)
Transferências	-	(123)	1.768	-	(2)	-	212	-	-	-	(1.855)	-	-	-
Depreciação/amortização	-	(974)	(3.622)	6	(9.197)	(1.741)	(504)	(1.636)	(460)	(284)	-	(20.274)	(1.088)	(21.362)
Saldos em 30 de setembro de 2011	21.483	52.416	27.002	22,2 70	29.826	19.169	9.428	39.271	6.327	3.329	17.213	247.734	3.092	250.826
Saldos em 30 de setembro de 2011														
Pro forma	-	-	463	2,19 6 43,9	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465	8.698	-	8.698
Custo total	21.483	90.050	82.716	50 (23,8 79)	82.419	35.477	19.657	67.368	8.752	6.233	16.748	474.853	-	474.853
Depreciação acumulada	-	(37.634)	(56.177)	22,2 70	(53.377)	(17.639)	(10.320)	(29.810)	(3.846)	(3.138)	-	(235.817)	3.092	(232.725)
Valor residual	21.483	52.416	27.002	70	29.826	19.169	9.428	39.271	6.327	3.329	17.213	247.734	3.092	250.826
Saldos em 31 de dezembro de 2010														
Custo total	21.483	90.120	77.293	39,9 72 (21,1)	63.949	31.322	17.186	63.003	7.613	5.572	4.484	421.997	-	421.997
Depreciação acumulada	-	(36.665)	(52.722)	54	(45.719)	(15.465)	(9.636)	(27.748)	(3.243)	(2.867)	-	(215.219)	4.180	(211.039)
Valor residual	21.483	53.455	24.571	18,8 18 8,33	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	206.778	4.180	210.958
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%	%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	%	-	-	-	-

Notas Explicativas

7. Imobilizado--Continuação

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Notas Explicativas

7. Imobilizado--Continuação

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*--Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

8. Intangível (Consolidado)

	Consolidado							
	Agio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	2.412	136.685
Adições/ Baixas	63.573	13.083	-	-	12.077	-	4.285	93.018
Depreciação/amortização	-	(3.294)	(1.655)	(291)	(2.551)	(352)	(197)	(8.340)
Saldos em 30 de setembro de 2011	154.267	22.826	8.538	1.022	26.214	1.996	6.500	221.363
	Consolidado							
	Agio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Outros	Total
Saldos em 30 de setembro de 2011								
Custo total	161.191	51.705	14.254	1.940	30.200	2.348	6.726	268.364
Amortização acumulada	(6.924)	(28.879)	(5.716)	(918)	(3.986)	(352)	(226)	(47.001)
Valor residual	154.267	22.826	8.538	1.022	26.214	1.996	6.500	221.363
Saldos em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	97.618	38.622	14.254	1.940	18.123	2.348	2.441	175.346
Amortização acumulada	(6.924)	(25.585)	(4.061)	(627)	(1.435)	-	(29)	(38.661)
Valor residual	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	2.412	136.685
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa	20% aa	

Notas Explicativas

8. Intangível (Consolidado)--Continuação

Em 30 setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado			31/12/2010
	30/09/2011		Líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Ágio em aquisições de investimentos				Líquido
IREP	96.014	(6.924)	89.090	89.090
ATUAL	19.830	-	19.830	-
FAL	11.873	-	11.873	-
FATERN	18.888	-	18.888	-
SESSA	-	-	-	1.604
NOVA ACADEMIA	14.534	-	14.534	-
ESTACIO EDITORA	52	-	52	-
	161.191	(6.924)	154.267	90.694

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Notas Explicativas

8. Intangível (Consolidado)--Continuação

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			838	108
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a.			35	682
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a.			160	124
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a. 20% do financiamento a taxa de TJLP + 7% a.a. CDI +1,53%	8.056	8.608	8.056	8.608
Empréstimo IFC		49.828		49.828	
		57.884	8.608	58.917	9.522
Passivo circulante		2.148	1.089	3.181	1.760
Passivo não circulante		55.736	7.519	55.736	7.762

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
2012	716	2.149	716	2.390
2013	6.713	2.148	6.713	2.149
2014	8.614	2.148	8.614	2.149
2015	7.363	1.074	7.363	1.074
2016	6.466		6.466	
2017	6.466		6.466	
2018	6.466		6.466	
2019	6.466		6.466	
2020	6.466		6.466	
	55.736	7.519	55.736	7.762

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Notas Explicativas**10. Salários e encargos sociais**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Salários e encargos sociais a pagar	52	220	42.917	42.571
Provisão de férias			24.366	15.434
Provisão de 13º salário			24.952	
	52	220	92.235	58.005

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ISS a recolher	81	31	6.993	3.538
IRRF a recolher	1	68	2.418	5.603
IRPJ a recolher			1.118	6.606
CSLL a recolher		7	438	2.425
PIS e COFINS a recolher	42	148	1.221	701
	124	254	12.188	18.873

12. Parcelamento de tributos

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
IRPJ	72	
CSLL	125	
FGTS	12	
ISS	82	48
PIS	80	14
COFINS	277	18
INSS	4.322	1.611
IPTU	69	106
	5.039	1.797
Passivo circulante	315	284
Passivo não circulante	4.724	1.513

Notas Explicativas

12. Parcelamento de tributos--Continuação

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 25, restando ainda 35 e 146 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2011 as controladas Atual e FAL mantinham R\$ 2.837 e R\$ 254 respectivamente em parcelamentos de tributos.

Consolidado	
2012	379
2013	379
2014	379
2015	379
2016	379
2017 a 2024	2.829
	4.724

13. Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Notas Explicativas

13. Adiantamento de convênio--Continuação

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de setembro de 2011, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 18.522 (R\$ 20.687 - 31/12/2010) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

14. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 setembro de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 30 de setembro de 2011		
Cíveis	3.427	10.484
Trabalhistas	27.093	39.342
Tributárias	346	6.261
Saldo total	30.866	56.087
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Cíveis	6.403	4.765
Trabalhistas	24.330	27.062
Tributárias	5.711	6.254
Saldo total	36.444	38.081

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			Total
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.711	24.330	6.403	36.444
Adições	16	9.109	536	9.661
Reversões	(5.369)	(3.101)	(2.302)	(10.772)
Baixas	(12)	(3.245)	(1.210)	(4.467)
Saldos em 30 de setembro de 2011	346	27.093	3.427	30.866

A Administração esclarece que a reversão da provisão para contingências tributárias, ocorrida no 3º trimestre de 2011, no valor de R\$ 5.369, foi decorrente do processo mencionado no item 14.c.(vii) dessas Notas Explicativas, movido pela SESES em face da União Federal, através do qual busca-se a declaração de inexigibilidade do PIS durante o período que a referida Instituição de Ensino era considerada como entidade beneficente e de assistência social. Em razão das decisões de 1ª e 2ª instâncias já proferidas favoravelmente ao pleito da SESES, os nossos assessores jurídicos externos entendem que o risco de perda desse processo é remoto, o que dispensa a necessita de constituição e/ou manutenção de qualquer provisão para esta contingência. Atualmente, esse processo encontra-se pendente de julgamento no STJ e também no STF.

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.427 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 6.403 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos, os quais não modificaram o julgado. Desta forma, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 1.138.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 40.787 (R\$ 35.594 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

Dentre as principais ações avaliadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela SESES. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500;
- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução marcada para o dia 08/11/2011. O montante estimado é de R\$ 1.161;

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

a) Cíveis--Continuação

- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 27.093 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 24.330 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

- (i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, aguardando julgamento do agravo de petição que foi interposto em face da decisão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução apresentados pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.905; e
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação de que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 72.944 (R\$ 54.030 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

- (iii) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. E o valor estimado é de R\$ 1.500;
- (iv) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento, em razão das negociações de acordo que estão sendo conduzidas pelas partes envolvidas. O valor estimado da causa é de R\$ 500;
- (v) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 346 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 5.711 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, pois foram consideradas como perdas possíveis pelos consultores jurídicos que assessoram a Companhia, cujo valor em 30 de setembro de 2011 totaliza R\$ 197.634 podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 30.09.2011 a SESES e a Estácio Participações foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa de 19 autos de infração, dentre os quais alguns deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar a redução decorrente do reconhecimento da referida decadência, é de R\$ 497.833. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (ii) Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 174.890. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. . De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 193.460 (Valor atribuído à causa pelo autor).

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (iv) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma “*nova sociedade por quotas limitadas*”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$145.141. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (v) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da "Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário", sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 11.037.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (vi) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 11.073. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível.
- (vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (viii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490.
- (ix) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.559.
- (x) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.668.

Notas Explicativas

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Tributárias--Continuação

- (xi) Execução Fiscal ajuizada em face da IREP (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda.), tendo como fundamento o débito consubstanciado no Auto de Infração nº 132460, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Foi apresentada exceção de pré-executividade em 31.03.2011, qual foi julgada procedente. Após julgamento da apelação interposta pela Prefeitura, qual confirmou a decisão de procedência, os autos serão arquivados. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.365.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de setembro de 2011 o capital social é representado por 82.251.937 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moena Participações S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 30 de setembro de 2011 por conta deste processo de incorporação.

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária do capital da Companhia de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Acionistas	30/09/2011	%	31/12/2010	%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros (1)	3.486.906	4,2%	4.246.053	5,2%
Tesouraria	232.900	0,3%	15.300	0,1%
Outros (2)	62.815.119	76,4%	62.059.676	75,6%
	82.251.937	100,0%	82.038.041	100,0%

1. Considera as ações de Marcel Cleofás Uchôa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.
2. Considera as ações de André Cleofás Uchôa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	<u>78.585.066</u>
Em 1º de janeiro de 2010	
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.04.2010	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.07.2010	12.225
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 06.10.2010	3.280.324
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.10.2010	5.874
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20.04.2011	<u>213.896</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u>82.251.937</u>

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 30 de setembro de 2011 e após encerramento deste programa, a Companhia havia recomprado 232.900 ações, com um custo médio de R\$ 19,06 por ação, e preço a mercado de R\$ 16,50 por ação na mesma data.

Movimentação das ações em tesouraria:

	<u>Ordinária</u>	<u>Saldo</u>
Aquisições no 1º trimestre de 2010	15.000	291
Aquisições no 2º trimestre de 2010	300	6
Aquisições no 1º trimestre de 2011	43.700	1.029
Aquisições no 3º trimestre de 2011	173.900	3.113
	<u>232.900</u>	<u>4.439</u>
Custo médio de aquisição em 30 de setembro de 2011 por ação		19,06
Valor de mercado em 30 de setembro de 2011		16,50

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos - PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.042 durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 (R\$ 5.894 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na Nota 20 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

e) Reserva de lucros

e.1) Reserva legal aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica.

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido--Continuação

e) Reserva de lucros

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			10.989	11.105
Rendimentos de aplicações financeiras	1.047	3.146	6.128	11.366
Outras	507	1.081	1.105	873
	1.554	4.227	18.222	23.344
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(27)	(1)	(4.357)	(3.143)
Juros e encargos financeiros	(3.426)	(128)	(4.869)	(1.037)
Perdão de dívida	(3.298)	-	(3.298)	-
Descontos financeiros	-	-	(5.783)	(5.375)
Outras	(61)	(38)	(2.668)	(3.049)
	(6.812)	(167)	(20.975)	12.604

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.765	58.745	68.107	60.051
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(23.040)	(19.973)	(23.156)	(20.417)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(844)	(1.842)
Equivalência patrimonial	27.614	20.442		168
Amortização de Ágio				
Despesas não dedutíveis (a)	(1.716)	(65)	(2.667)	(276)
Provisão de Bonus (a)			2.720	891
Lucros auferidos no exterior			37	
Compensação de prejuízo fiscal	(2.858)	(405)	(3.411)	
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas				
Provisão para contingências			(96)	(983)
Reversão de mensalidades a cancelar (b)			1.363	412
Provisão para devedores duvidosos				-
Crédito tributário diferido não contabilizado (c)				849
Reversões de provisões administrativas (d)		1	115	
Provisão para perda no imobilizado				
Outras		71	1.087	540
	-	71	(24.852)	(20.658)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			25.968	19.792
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período		71	1.116	(866)
Alíquota efetiva	0,00%	0,12%	1,64%	(1,44%)

- (a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios, doações e brindes.
 (b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.
 (c) Refere-se aos créditos tributários calculos sobre prejuízos fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizados.
 (d) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.
 (e) Base de calculo para IR e CS diferidos.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente			(1.116)	866
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores			(2.232)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício corrente			1.458	369
Outras			342	1.235

Em 30 de setembro de 2011 as controladas Seses e Irep contabilizaram crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 13.879. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	30/09/2011	31/12/2010
Provisão para contingência	(10.473)	(10.569)
Mensalidades a cancelar	(665)	(2.028)
Provisão para desmobilização	(2.740)	(2.740)
	(13.878)	(15.337)

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de setembro de 2011 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.325 (R\$ 3.466 em 31 de dezembro de 2010) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 2010, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Uso de Caixa, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e CDI.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base no relatório Focus foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,50% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operações</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Aplicações financeiras R\$ 16.888	CDI	10,50% R\$ 1.773	7,88% R\$ 1.331	5,25% R\$ 887

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Fatores de riscos--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 30 de setembro de 2011 e o CDI médio de 10,50% para o ano de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011 e 2012. A data base utilizada para os empréstimos foi 30 de setembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operações</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Finame	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$ 8.056		R\$ 216	R\$ 270	R\$ 324
IFC	CDI	10,50%	13,13%	15,75%
R\$ 50.926		R\$ 6.208	R\$ 7.760	R\$ 9.312

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

Notas Explicativas

19. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	75.000
Incêndio de bens do imobilizado	66.792	66.613
Responsabilidade civil	10.000	5.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Demais ramos	27.719	2.360

20. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010, a remuneração total (salários, benefícios, participação nos lucros, encargos sociais e ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 9.777 e R\$ 10.073, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

a) Remuneração--Continuação

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b)).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 30 de setembro de 2011 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 364.546 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.425.840 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,5	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
02/10/2008	14,6	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,2	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,1	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,5	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,5	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,2	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,2	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	26	56,73%	5,79%	23,6	4,68	1,18%
20/04/2011	23,4	54,94%	6,20%	23,6	4,68	1,32%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de setembro de 2011 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

Notas Explicativas

20. Remuneração dos administradores--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.042 no semestre findo em 30 de setembro de 2011 (R\$ 5.894 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de setembro de 2011.

21. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de setembro de 2011.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	67.765	58.816
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.180.638	78.678.530
Lucro líquido por ação básico	0,000824587	0,000747548

Notas Explicativas**21. Lucro por ação--Continuação**b) Lucro por ação diluído--Continuação

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	67.765	58.816
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.180.638	78.678.530
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	3.946.019	2.711.731
Média ponderada ajustada de ações em circulação	86.126.657	81.390.261
Lucro líquido por ação diluído	0,000786806	0,000722642

22. Receita líquida de vendas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita bruta das atividades	1.221.092	1.098.037
Deduções da receita bruta	(367.087)	(334.343)
Gratuidades - bolsas de estudo	(314.241)	(289.406)
Devolução de mensalidades e taxas	(7.182)	(3.437)
Descontos concedidos	(8.826)	(9.333)
Impostos	(36.838)	(32.167)
Receita líquida das atividades	854.005	763.694

Notas Explicativas

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(30.926)	(26.398)
Publicidade			(35.589)	(33.634)
Vendas e marketing			(16.238)	(9.205)
Despesas comerciais			(82.753)	(69.237)
Pessoal e encargos sociais	(2.842)	(2.971)	(50.567)	(53.859)
Serviços de terceiros	(3.849)	(2.906)	(32.047)	(35.031)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(2.028)	(2.206)
Material de consumo			(1.155)	(1.067)
Depreciação e amortização	(1.747)		(10.816)	(9.100)
Outras	(2.549)	(651)	(36.512)	(28.731)
Provisão para contingências	2.909		(1.165)	(2.898)
Despesas gerais e administrativas	(8.078)	(6.528)	(134.290)	(132.892)

24. Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro líquido do período	67.765	58.816	67.765	58.816
Varição cambial sobre investimento no exterior		(242)		(242)
Resultado abrangente	67.765	58.574	67.765	58.574

25. Eventos subsequentes

Aquisição ASSEAMA

Em 06 de fevereiro de 2012 foi concluído o processo de compra da Associação Educacional da Amazônia ("ASSEAMA"), sociedade limitada, com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"). A aquisição foi contratada sob condição resolutiva, sendo que as partes deverão cumprir suas respectivas condições precedentes dentro do prazo de 60 dias a contar da formalização do instrumento de compra e venda.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes--Continuação

Aquisição ASSEAMA--Continuação

O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a ASSEAMA possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos (informações não auditadas). A consolidação das atividades em Macapá possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privada da cidade. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de saúde.

Aquisição IDEZ

Em 25 de junho de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do capital social da IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Aquisição FARGS

Em 01 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes--Continuação

Aquisição FARGS--Continuação

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

Aquisição UNIUOL

Em 21 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor da transação da UNIUOL foi de R\$ 615, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnológicos e 6 de pós-graduação.

Aquisição Unisãoluis

Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UB

Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 21.791, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos (informações não revisadas). A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes--Continuação

Aquisição Unisãoluiz--Continuação

A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio destas aquisições, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

Registro de oferta de distribuição pública

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolou, na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia para registro de oferta distribuição pública primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Primária" e "Ações") e a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Private Equity Partners C, LLC e do GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, os "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), que será submetido ao procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA e cujos termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros de Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além de ações que estão em circulação (Outros Acionistas) em **30/09/2011**.

30/09/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,6%	15.290.209	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros	3.445.506	4,2%	3.445.506	4,2%
Conselho de Administração	3.257.833	4,0%	3.257.833	4,0%
Diretores	187.673	0,2%	187.673	0,2%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	232.900	0,3%	232.900	0,3%
Outros Acionistas	62.856.518	76,4%	62.856.518	76,4%
Total	82.251.937	100,0%	82.251.937	100,0%
Ações em Circulação**	62.856.518	76,4%	62.856.518	76,4%

** Total de Ações – Controladores – Conselho de Administração – Diretores – ações em tesouraria

30/09/2010				
Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S. A.*	28.702.835	36,4%	28.702.835	36,4%
Private Equity c, LLC	15.290.209	19,4%	15.290.209	19,4%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.127.727	5,2%	4.127.727	5,2%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.128.715	5,2%	4.128.715	5,2%
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,2%	4.100.405	5,2%
Administradores e Conselheiros	124.371	0,2%	124.371	0,2%
Conselho de Administração	56.050	0,1%	56.050	0,1%
Diretores	68.321	0,1%	68.321	0,1%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	15.300	0,0%	15.300	0,0%
Outros Acionistas	21.835.477	27,7%	21.835.477	27,7%
Total	78.751.843	100,0%	78.751.843	100,0%
Ações em Circulação**	21.835.477	27,7%	21.835.477	27,7%

* Membros do Acordo de Acionistas.

** Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, apresentamos suas composições a seguir:

Private Equity C, LLC -

30/09/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
Outros	66.747.833	81,4%	66.747.833	81,4%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações -

30/09/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Cotistas do GPCP4-FIP	426.804	0,54%	426.804	0,54%
Outros	81.611.237	99,5%	81.611.237	99,5%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

Em 31/03/2011 éramos controlados exclusivamente pela Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações, em decorrência, da OPA realizada em outubro de 2010, o Acordo de Acionistas foi rescindido.

Private Equity Partners C, LLC é uma sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity ou relacionados a private equity em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando controle, controle compartilhado ou participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na Companhia seja igual ou superior a 5%.

Cláusula Compromissória

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da Bovespa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ü|æsiã Á[ài^ÁæÜçã èi ÁæÜçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ

Çê •ÁÇã } ä çæ ÈÖ [] •^|@ã | •ÁÖäã d |^•Áæ
Ö•o &ã Áæçãæ æ/ ^•ÁÛÈÈ
Üã ÁæÁæã äã| ÁÛÈÈ

Qd[ä~8è|

Üçãæ [•Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~Üçã |{ ^ää |æ Üçã äã~ æ Áiã } • |æææ ÈÖ Ö•o &ã Áæçãæ æ/ ^•ÁÛÈÈÇ [] æ ÇæÜÈ | çææ
| ÁÇ |{ ~ |iã ÁæÜçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ ÁÇÜÜÁ^•^) ç Áæ Áæ ^•d^Áæ äã| Á{ ÁÈÁ^Á^ç | ài| ÁæÁÇÈÈÈ ^•Áiã { } |^•^) ä^ Á Áæçã è |
] æã |{ } äã| Á{ ÁÈÁ^Á^ç | ài| ÁæÁÇÈÈÈ Áæ Á^•^) ^Ççæ æ Áiã { } •dæ æ/ ^•Áiã |ææ| Áæ| Áæ |ææ| Áæ |ææ| *^) ç Á ææ Á^ç äã| Á^•
d→ Á Á Ç^Á ^•^• Áæ äã| Á æ~ ^|æææ Áæ Áæ Á^• çæ/ ^•Áiã | Áæã f) ä Áç ~ äã| Á Áiã | ç | ÁæÁæææ ææ Á^ç äã| Á Á Ç^Á ^•^•
ç äã| Á æ~ ^|æææ Áæ |{ äã| Á Á^• { [Áæ Áiã &ã æ Á |{ äãæ Áiã } o àã~ Á Á^• æ Á | çæ Á ç | æææ ÈÈ

Çææ | ä ä dæ è | Á Á^• [] • ç^Á^Áæ | ææ | æ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~Üçã |{ ^ää |æ Üçã äã~ æ Áiã | ä | Áiã |{ } } &æ ^) d
V.. &ã | ÁÖÜÖÁÇÈÈÈ [] •dæ è | ÁÇ |{ ^ää |æ Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~Üçã |{ ^ää |æ Áiã } • |æææ Áæ Áæ | ä | Áiã |{ } } Á ÖÜÖÁÇÈÈÈ
& { Áæ |{ |{ æçã |{ æã } ç ÁÖÛÈÈÈ ÁÇ |{ ä |{ äã| Á^•^) [] ç * ÈÈ { æææ |{ |{ ÁÇ |{ æã } ç ÁÖÛÈÈÈ } ç * ÁÛ ç äæ ä• ÁÖ | æ ä ÁÖÛÈÈÈ • ä
& { [] ^|ææ |^•^) çæ è | Áæ •• æ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ |{ æã |{ äã ^) ç Áiã { Áæ Áiã |{ çæ Á ç | äãæ Á^Áæ |{ ä • è | Áæ Áæ |^•Á | äãã | ä • È
ç |æ ç^Á Áæ |ææ | æ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ ÁÇÜÜÈÈÈ •• æ Á^• [] • æãæ æ Á Áæ Á^• ç | ^•• æ Á { æã |{ } &~ è | Á | ài^Á^• æ
ä |{ æ/ ^•Áiã } o àã~Üçã |{ ^ää |æ Áiã { Áæ Á^• { Á | •• æ Á çã è | ÈÈ

ÇÈæ & ÁæÁçã è |

Ö [] ä : ä [•Á | •• æ Á çã è | Áæ Áæ | ä | Áiã { Áæ Áiã |{ çæ Áæ çã äæ Á^• çã |{ æã } æ Áæ Áçã è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ ÁÇ ÖÖÁÜ
G F È ÁÜÁçã è | Áæ ÁÇ |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ ÁÇ &~ çææ |{ |{ ÁÇ äã | Áæ ÁÇ } çææ Á ÁÖÜÖÁÇ F È ÁÜÁçã , Á Ç |{ äã |{ äã ç &ã ç
Q |{ æã } Á^• |{ |{ ^ää |æ Áæ Á^•) ä^) ç È äã | Á Áæ ÁÇ } ç È Á^• ^ & çæ ^) ç È Áæ Áçã è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ Áiã } • ä ç
} æ Áæ çã æ è | Áæ Üçã äæ æ/ ^•Áiã | äã çã ^) ç Áæ Á^• • ç Áæ Á^• [] • ç^Á^Áæ |{ •• } ç • Áæ çã äã | Á Áiã } o àã~ Á Áæ çã | æ è | Áæ
|{ |{ äã ^) ç • Áæ çã |{ Á Áæ Á^• d [• Áiã |{ & äã ^) ç • Áæ Áçã è | ÈÈ Áæ & Áæ Á^• { æ Á çã è | Á Áæ } äææ çã ^) ç Á^• |{ | Áæ Á^• Áæ
~ | çæ äã |{ æã |{ ä : ææ Áæ Áæ | ä | Áiã { Áæ Áiã |{ çæ Áæ äã |{ æã ÈÈ } •• ^) ç ^) ç È è | Á | Á^• |{ äã Á ç | Á^• |{ çæ ææ Á^• ^
ç |{ æ [•Áiã] @ &ã ^) ç Áæ Áiã |{ • Áæ •• } ç • Áæ } äææ çã | Á^• Á | äã | Áæ Á^• çææ | Á^• Á | çæ äã |{ æã |{ çæ ç È è |
^ ç | ^•• æ [• Á^• |{ çã |{ äã | Áæ äã |{ æã

Ö [] &~ è | Á | ài^Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ Üçã äã~ æ

Ö |{ Áæ Á^• { Á | •• æ Á çã è | È è | Áæ |{ [•Áiã] @ &ã ^) ç Áæ Á^• |{ @ { Áæ Á^• ^ Á | • Á ç^Á^Áæ | ä äæ Á^• Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~
ä çã |{ ^ää |æ Áæ Üçã äã~ æ Üçã &~ çæ Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ Áæ çã æ Á^• |ææ Á | Áiã |ææ ÈÈ { Áiã |{ • Áæ ^ & ç •
|^Áçæ ç • ÈÈ Áæ | ä | Áiã { Á ÖÜÖÁÇÈÈÈ Á ÖÛÈÈÈ Áæ |æ ç^Á Áæ |ææ | æ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ ÁÇÜÜÈÈÈ Á^•^) çææ Áæ Áiã |{ æã |{ äã ^) ç
& { Áæ Áiã |{ çæ Á ç | äãæ Á^Áæ |{ ä • è | Áæ Áæ |^•Á | äãã | ä • È

Ö [] &~ è | Á | ài^Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ Áiã } • |æææ

Ö |{ Áæ Á^• { Á | •• æ Á çã è | È è | Áæ |{ [•Áiã] @ &ã ^) ç Áæ Á^• |{ @ { Áæ Á^• ^ Á | • Á ç^Á^Áæ | ä äæ Á^• Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~
ä çã |{ ^ää |æ Áiã } • |æææ Áæ &~ çæ Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ Áæ çã æ Á^• |ææ Á | Áiã |ææ ÈÈ { Áiã |{ • Áæ ^ & ç •
|^Áçæ ç • ÈÈ Áæ | ä | Áiã { Á ÖÜÖÁÇÈÈÈ Á ÖÛÈÈÈ Áæ |æ ç^Á Áæ |ææ | æ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ ÁÇÜÜÈÈÈ Á^•^) çææ Áæ Áiã |{ çæ
& | äã ^) ç Áiã { Áæ Áiã |{ çæ Á ç | äãæ Á^Áæ |{ ä • è | Áæ Áæ |^•Á | äãã | ä • È

; } æ^

Üçã |^•^) çæ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã |{ ^ää |æ

Ö | Áæ Á^• { ç^Á | ài| ÁæÁÇÈÈÈ | äã [• Áiã äã çã ^) ç Á | •• Á | æ siã Áæ Áçã è | Á^• | Á | äãæ æ/ ^•Á | ài^Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~
ä çã |{ ^ää |æ Áæ Áæ çæ ç Áæ Áæ ^•d^Áæ äã| Á{ ÁÈÁ^Á^ç | ài| ÁæÁÇÈÈÈ } |{ ^Á^• &ã | Á æã | çæ Á^• çæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã ^•dæ
|{ çæ Áç |ææ æ Áç çã |{ Á Áæ | ä |{ |{ çæ Á^• |{ çæ Á ç | æææ Áæ Üçã çã * ç^Á^Á^• } ^ | æ è | Áæ | Áæ | ä ä çææ |^•Á Áæ Á^• ç | çææ
|^Áçæ • äææ æ/ ^•Á^• çææ Áæ Á^• [] •dæ è | Áæ Á^• ç | Áæ Áæææ ææ Á^ç äã| Á Á Ç^Á ^•^• Áæ äã| Á{ ÁÈÁ^Á^ç | ài| ÁæÁÇÈÈÈ Á^• ç |
•) ä | Áæ çã |^•^) çææ ÈÖ [] •• ^) ç ^) ç ÈÈ | •• Á | æ siã Áæ Áçã è | Á | ài^Áæ Üçã |{ æ/ ^•Áiã } o àã~Üçã |{ ^ää |æ Áiã } • çæ Á^• çæ
ç ç | æ/ ^•Á^• ä • çæ çã | æ siã Áæ Áçã è | Áæ çã |{ ^) ç Á^• | æã ÈÈ

Ü ç [•Áæ ••] ç •

Ö ^ [] •dæ æ/ ^•Áiã | Áçã | Áæ çã } æã|

Üçãæ [•ÈÈ ä : ä | ÈÈ Áæ |{ } •dæ æ/ ^•Áiã | Áçã | Áæ çã } æã | ÁÇ ÖÛÈÈÈ äã~ æ Áiã } • |æææ ÈÈ Á^•^) ç Áæ Á^• äã| Á Á Ç^Á ^•^•
ç äã| Á { ÁÈÁ^Á^ç | ài| ÁæÁÇÈÈÈ |ææ | ææ Á | äæ Á^• [] • æãæ æ Áæ çææ | ä ä çæ è | ÈÈ çæ çã |^•^) çæ è | Áæ Üçã |{ æ/ ^•
ä çã |{ ^ää |æ Á Á^• ^ |ææ Áæ Áæ | ä | Áiã { Áæ Áiã |{ çæ Á ç | äãæ Á^Áæ |{ ä ÖXT ÈÖ [] ä • è | Áæ Áæ |^•Á | äãã | ä • Áæ |æ ç^Á Áæ |ææ | æ è |

de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração no fluxo de caixa e nas notas explicativas 02; 08; 20 e 25.